PLANO MAIS IDH DIAGNÓSTICO AVANÇADO

SUMÁRIO EXECUTIVO



IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

PLANO MAIS IDH
DIAGNÓSTICO AVANÇADO
SUMÁRIO EXECUTIVO

São Luís
2016

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Sumário Executivo / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2016.

100p. : il

1. Desenvolvimento econômico – Maranhão I. Título.

CDU 338.1 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Com o presente Sumário Executivo do Diagnóstico Avançado do Plano Mais IDH , o IMESC apresenta uma síntese comparativa do estado das três dimensões que compõem o IDHM - Educação, Longevidade e Renda –, complementados com informações gerais sobre caracterização sociocultural, potencial turístico, áreas de proteção natural e estrutura de gestão do meio ambiente, existentes nos 30 municípios selecionados pelo Plano.

Graças à metodologia adotada, que organiza por identidade e peculiaridade as informações detalhadas por município no Diagnóstico Avançado, a leitura do Sumário Executivo permite a apreensão, de forma clara e expedita, do cenário socioeconômico que predomina no conjunto analisado, sem perder de vista as particularidades locais, através das quais alguns municípios se destacam positiva ou negativamente.

Mantendo a mesma sequência de avaliação dos Indicadores do IDHM, adotada no Diagnóstico Avançado, o documento convida para uma leitura devidamente articulada com os estudos particularizados por município e apresentados em forma de fascículos, relativizando cada uma das questões identificadas isoladamente com o conjunto dos municípios analisados, permitindo uma reflexão dinâmica que considera o local e o regional.

Através da compreensão ampla e imediata, que o Sumário Executivo possibilita sobre o conjunto das realidades municipais, sobre as quais o Governo do Estado vem, há mais de um ano, envidando esforços para levar ações de desenvolvimento socioeconômico àquelas populações desassistidas, torna-se possível pensar políticas públicas que, rompendo com a tradicional escala local, assumam extensões regionais, compatíveis com a dimensão da questão social que aflige nosso Estado.

Considerando que, longe de constituírem exceção, os 30 municípios selecionados pelo Plano, com as piores posições em referência ao IDHM do Maranhão, são regras da nossa realidade socioeconômica, o entendimento em profundidade e extensão de suas dificuldades de desenvolvimento representam um passo decisivo na compreensão da própria realidade do território maranhense e das dificuldades enfrentadas pela grande maioria de nossa população.

Felipe de Holanda
Presidente do
IMESC/SEPLAN

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Governador
Flávio Dino de Castro e Costa

Vice-Governador
Carlos Orleans Brandão Junior

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN
Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

Presidente
Felipe Macedo de Holanda

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
Carlos Frederico Lago Burnett

Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos
Josiel Ribeiro Ferreira

Diretora de Comunicação e Disseminação de Dados
Lígia do Nascimento Teixeira

Diretor Administrativo Financeiro
André Luiz Lustosa de Oliveira

EQUIPE DE PESQUISA

Aspectos Culturais e Turísticos

Carlos Henrique Santos da Silva **(Coordenação)**
Getúlio Estefânio Duarte Martins **(Coordenação)**
Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha
Cosme do Nascimento Neves Júnior
Eloína Coelho Carneiro
José Ribamar Trovão
Paulo César dos Santos Garras
Vitor Raffael Oliveira de Carvalho

Gestão e Meio Ambiente

José de Ribamar Carvalho dos Santos **(Coordenação)**
Alfredo Luiz Bacelar Ribeiro
Elison André Leal Pinheiro
Rafael Ferreira Maciel
Yata Anderson Gonzaga Masullo

Dimensão Educação

Dionatan Silva Carvalho **(Coordenação)**
Anderson Nunes Silva
Marcelo de Sousa Santos
Rafael Thalysson Costa Silva

Dimensão Longevidade

Laiane Sousa Silva Rabelo **(Coordenação)**
Odara Freitas Pereira Leite **(Coordenação)**
Elizabeth Pessanha Silva
Karina Coqueiro Mendes
Nayara dos Reis Ribeiro

Dimensão Renda

Talita de Sousa Nascimento **(Coordenação)**
Geilson Bruno Pestana Moraes
João Carlos Souza Marques
Marlana Portilho Rodrigues

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Coordenação
Lígia Teixeira

Arte/Diagramação
Yvens Goulart
Rodrigo Reis

Revisão
Camila Carneiro
Caroline Ribeiro

SUMÁRIO

Plano Mais IDH:
Considerações Preliminares 07

1 CULTURA E TURISMO
Características dos Municípios
Cultura | Turismo | Aspectos Geográficos 11

2 MEIO AMBIENTE
Gestão e Meio Ambiente
Estrutura Institucional e Ambiental 29

3 EDUCAÇÃO
Dimensão Educação
Taxa de Analfabetismo | EJA | IDEB 41

4 RENDA
Dimensão Renda
Pobreza e Benefícios Sociais | Trabalho e Renda | Produção Agropecuária e Comercialização 63

5 LONGEVIDADE
Dimensão Longevidade
Saúde da Criança e da Mulher | Atenção Básica Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis | Saneamento Básico 77

Plano Mais IDH: Considerações Preliminares

O Plano Mais IDH, uma política estratégica de sentido unificador do Governo Flávio Dino, demonstra sua opção pela priorização do desenvolvimento das regiões e das populações mais necessitadas do Maranhão, constituindo-se também em inovadora tecnologia social. Pensado como um movimento que se amplia e aprofunda, agregando mais e mais setores do poder público e da sociedade civil na direção de ações territoriais planejadas, teve seu arranque com a escolha dos 30 municípios maranhenses com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, segundo os dados do Censo 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o IPEA, constitui uma síntese de indicadores que mensuram as condições de vida das pessoas, que leva em consideração o acesso aos serviços sociais básicos – saúde e educação, além da renda média das populações avaliadas **(Tabela 1)**.

Tabela 1 - Metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
	População Adulta	População Jovem	
Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 na escola % 11-13 nos anos finais do fundamental % 15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Renda mensal *per capita* (em R$ ago/2010)

Fonte: PNUD/FJP/IPEA

O grupamento dos 30 municípios maranhenses de menor IDH-M é formado majoritariamente por municípios de emancipação recente, com população inferior a 20 mil habitantes e com expressividade em áreas rurais, sendo os mesmos altamente dependentes de transferências tributárias e de programas assistenciais. Na **Tabela 2** pode-se observar o ranking dos 30 municípios maranhenses de menor IDH-M segundo os dados do Censo de 2010, discriminados segundo o ano de emancipação, a população naquele ano, o IDHM e seus componentes Renda, Longevidade e Educação.

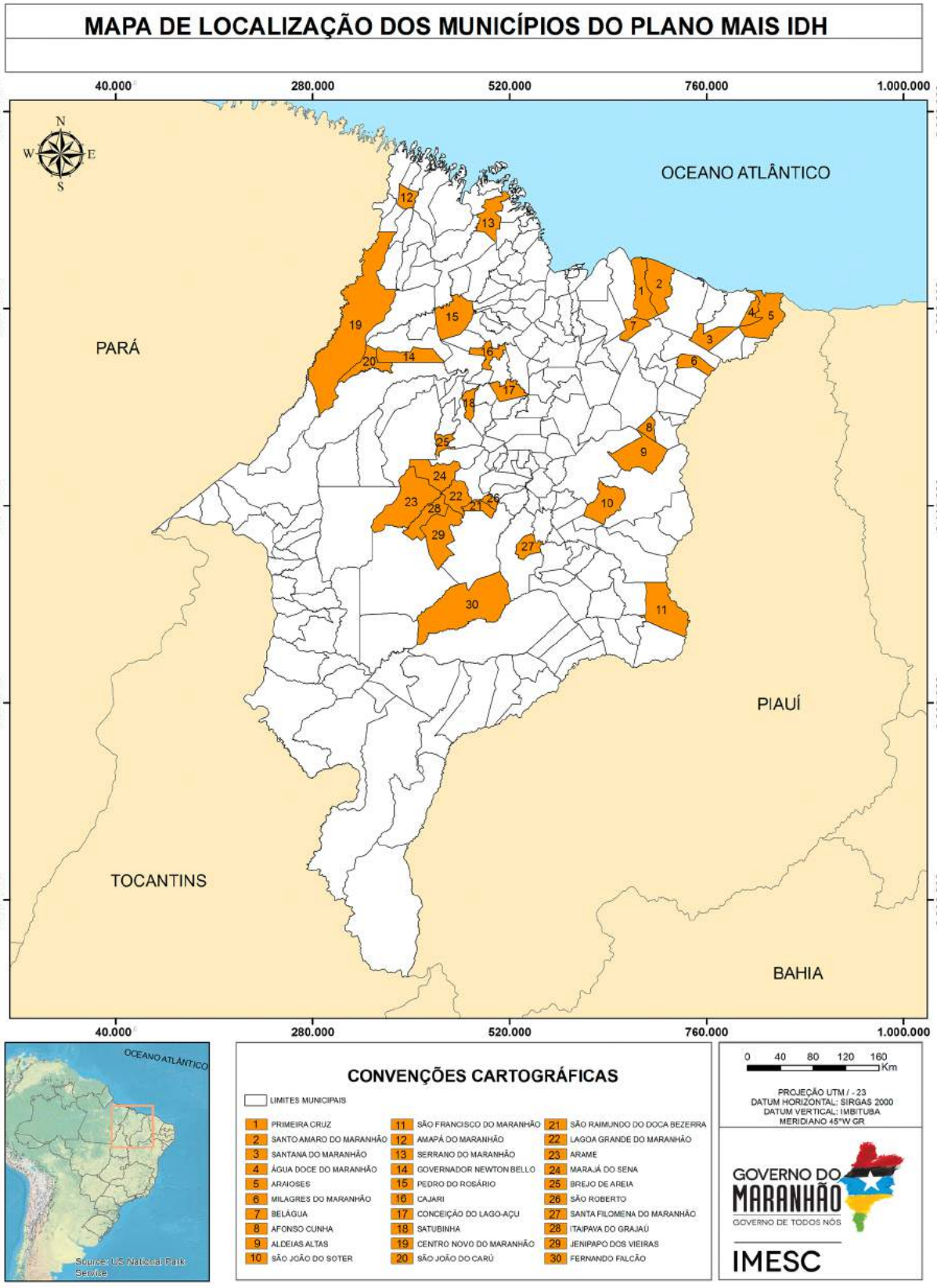
Tabela 2 - Ranking dos 30 municípios do Maranhão com menor IDHM

Ranking	Município	Ano de Emancipação	População 2010	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1	Fernando Falcão	1994	9241	0.443	0.417	0.728	0.286
2	Marajá do Sena	1994	8051	0.452	0.400	0.774	0.299
3	Jenipapo dos Vieiras	1994	15440	0.490	0.445	0.766	0.346
4	Satubinha	1994	11990	0.493	0.450	0.720	0.369
5	Água Doce do Maranhão	1994	11581	0.500	0.494	0.697	0.363
6	Lagoa Grande do Maranhão	1994	10517	0.502	0.480	0.731	0.360
7	São João do Carú	1994	12309	0.509	0.487	0.684	0.397
8	Santana do Maranhão	1994	11661	0.510	0.445	0.758	0.394
9	Arame	1988	31702	0.512	0.525	0.701	0.365
10	Belágua	1994	6524	0.512	0.417	0.707	0.455
11	Conceição do Lago-Açu	1994	14436	0.512	0.492	0.738	0.370
12	Primeira Cruz	1947	13954	0.512	0.448	0.722	0.414
13	Aldeias Altas	1961	23952	0.513	0.500	0.720	0.374
14	Pedro do Rosário	1994	22732	0.516	0.475	0.696	0.415
15	São Raimundo do Doca Bezerra	1994	6090	0.516	0.478	0.700	0.410
16	São Roberto	1994	5957	0.516	0.475	0.738	0.391
17	São João do Soter	1994	17238	0.517	0.486	0.711	0.401
18	Centro Novo do Maranhão	1994	17622	0.518	0.508	0.717	0.382
19	Itaipava do Grajaú	1994	14297	0.518	0.456	0.726	0.419
20	Santo Amaro do Maranhão	1994	13820	0.518	0.454	0.738	0.416
21	Brejo de Areia	1994	5577	0.519	0.507	0.677	0.408
22	Serrano do Maranhão	1994	10940	0.519	0.440	0.735	0.433
23	Amapá do Maranhão	1995	6431	0.520	0.503	0.688	0.406
24	Araioses	1893	42505	0.521	0.497	0.709	0.402
25	Governador Newton Bello	1994	11921	0.521	0.509	0.718	0.387
26	Cajari	1925	18338	0.523	0.456	0.747	0.421
27	Santa Filomena do Maranhão	1994	7061	0.525	0.461	0.722	0.435
28	Milagres do Maranhão	1994	8118	0.527	0.465	0.764	0.413
29	São Francisco do Maranhão	1870	12146	0.528	0.503	0.733	0.400
30	Afonso Cunha	1959	5905	0.529	0.471	0.725	0.434

Fonte: PNUD/ IPEA/ FJP/ IBGE; Elaboração: IMESC/ SEPLAN MA.

No **Mapa 1** pode-se observar a distribuição dos 30 municípios de menor IDHM no território maranhense. Os mesmos pontuam nas regiões Centro, Leste, Norte e Oeste Maranhense,, abrangendo também populações indígenas, quilombolas, áreas de assentamentos rurais e variados biomas e paisagens.

Mapa 1 – Localização dos municípios do Plano Mais IDH



Fonte: IBGE/ IMESC, 2015

Instituído pelo Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, o Plano de Ação Mais IDH tem como objetivo promover a **superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais** no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, **com políticas públicas que valorizem a diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental** das regiões do Estado, todas elas coordenadas por nove Secretarias de Estado e duas autarquias que compõem o Comitê Executivo Estadual:

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular - **SEDIHPOP**
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - **SEDES**
Secretaria de Estado de Comunicação Social e Assuntos Políticos - **SECAP**
Secretaria de Estado de Saúde - **SES**
Secretaria de Estado de Educação - **SEDUC**
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - **SAF**
Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidaria - **SETRES**
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - **SECID**
Secretaria de Estado da Igualdade Racial - **SEIR**
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - **CAEMA**
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - **IMESC**

A partir da definição de uma metodologia para coleta e sistematização das informações disponíveis, as ações do Plano se expandiram para os executivos municipais e sociedade civil organizada dos 30 municípios selecionados, formando os Comitês Executivos Municipais, canais formalizados para diálogo, adesão e acompanhamento das ações propostas pelo Plano nas dimensões Educação, Longevidade e Renda.



Características dos Municípios

Cultura - Turismo - Aspectos Geográficos

Introdução

A análise das características culturais dos 30 municípios selecionados pelo Plano Mais IDH comprova que o isolamento social no qual aquelas regiões vivem há décadas propiciou a permanência de inúmeras práticas comunitárias, hoje em processo de transformação em muitas regiões do Estado, ou que desapareceram sob a onda da modernidade imposta às nossas grandes e médias cidades.

Igualmente, a identificação, pela pesquisa, de riquezas naturais locais de grande beleza, usufruídas pela população em seus momentos de ócio e lazer, demonstra o grau de desconhecimento que ainda temos de grande parte do território do Maranhão e de suas gentes. Mas esse reconhecimento tardio expõe um potencial turístico que, uma vez estruturado e divulgado, representa uma efetiva possibilidade de geração de renda e trabalho.

Ao lado das carências cotidianas desses lugares – expressas nas precariedades da educação, da saúde, da renda da população -, a pesquisa permitiu constatar o sentido comunitário com que trabalham e se divertem os moradores dos municípios pesquisados, no convívio constante com a natureza. Se por um lado, esta realidade relativiza valores de consumo que reificam a abundância e o descarte, por outro lado apontam para riquezas locais capazes de gerar um padrão de desenvolvimento socioeconômico compatível com seus valores culturais.

Ainda que não consideradas na composição do IDHM, a constatação do vigor das características culturais e naturais dos 30 municípios do Plano levou o IMESC a incluir tais informações no Diagnóstico Avançado. Neste Sumário Executivo, foram reunidos os principais aspectos que merecem a atenção e a reflexão daqueles que tem como responsabilidade a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento do Maranhão.

Ao lado das ações no campo da Educação, da Saúde e da Renda, as práticas culturais e os recursos naturais, presentes em muitos dos municípios analisados, representam campos férteis para semear desenvolvimento sustentável e valorizar a identidade de regiões que começam a participar de um processo que pretende romper com o esquecimento a que foram sempre relegadas pelo poder público estadual.

1 Aspectos Culturais

O atual território do Estado do Maranhão resultou de três frentes de colonização que, ocorridas em períodos históricos distintos[1], exploraram diferentes regiões maranhenses. A frente denominada Litorânea, ocorrida durante o processo de ocupação portuguesa no Brasil, aconteceu nas primeiras décadas do século XVII e estava formada por representantes do Estado Português e por setores da Igreja Católica. Esta última instituição assumia diversas funções jurídicas, trabalhando no processo de catequese dos índios e na educação dos colonos, realizando missões que resultaram na formação das freguesias e vilas, além de levar adiante ensinamentos religiosos, característica predominante até hoje.

Como decorrência do referido processo de colonização, uma das principais identidades culturais dos maranhenses refere-se à religião, especialmente a católica. Nos 30 municípios estudados, no quesito população residente por religião, dos 408.056 habitantes (IBGE, 2010), 79% eram católicos, 12% evangélicos, 8% não possuíam religião, 1% tinham outras religiosidades e menos de 1% afirmavam ser espíritas, adeptos às religiões de matriz africana[2] ou não sabiam a qual religião pertenciam **(Tabela 1)**.

Tabela 1 – Distribuição da população residente por religião dos 30 Municípios do Programa Mais IDH – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica Apostólica Romana	323.028
Evangélicas	49.419
Espírita	106
Umbanda e Candomblé	87
Outras religiosidades	2.921
Sem religião	32.312
Não sabe	168
Sem declaração	21
Total	**408.056**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Como fruto dessa herança cultural, com forte cunho religioso, identificou-se nos municípios do Mais IDH várias manifestações culturais ligadas a religião, especialmente a católica, com destaque para as festas de santos e os arraiais em homenagem a São João (**Figuras 1 e 2**), nesta última manifestação insere-se a maioria dos grupos folclóricos municipais. Identificou-se, nos municípios de Milagres do Maranhão, a Festa de Nossa Senhora dos Milagres, padroeira do município e, em São João do Soter, a Festa em homenagem a São Francisco, ambas reunindo milhares de romeiros. Nestes locais (**Figuras 3 e 4**) poderão ser pensadas estruturas para transformá-los em santuários, fomentando o turismo religioso, gerando emprego e renda para a população local.

[1] Para Trovão (2008), o território maranhense foi efetivamente ocupado a partir de três frentes de povoamento, com origens e épocas diferentes: a corrente do litoral, a da pecuária ou dos criadores de gado e dos migrantes da seca.

[2] A reduzida porcentagem dos adeptos de religiões afro contrasta com a formação sociocultural do Maranhão, um fenômeno que se apresenta como nacional, conforme Prandi (2015).

Figura 1 – São João no município de Satubinha



Fonte: Prefeitura Municipal de Satubinha, 2014

Figura 2 – Arraial em Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão, 2014

Figura 3 – Pedra do santuário em Milagres do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

Figura 4 – Imagem de São Francisco em São João do Soter



Fonte: IMESC, 2015

Apesar do Censo Demográfico 2010 do IBGE ter identificado um baixo percentual de adeptos das religiões de matriz africana, eles estão presente em 21 dos 30 municípios do Plano **(Quadro 1)**. Diferentemente das festas com raízes católicas, concentradas nas sedes urbanas, os cultos herdados dos escravizados estão dispersos por terreiros na zona rural dos municípios, onde realizam festas para seus santos.

Quadro 1 - Municípios do Plano Mais IDH e Festas de Matriz Africana

MUNICÍPIO	Nº DE TERREIROS	FESTAS DE MATRIZ AFRICANA
Afonso Cunha	3	Não catalogadas
Água Doce do Maranhão	6	Não catalogadas
Amapá do Maranhão	1	Santa Bárbara
Arame	2*	Santa Bárbara
Araioses	+-30	Não catalogadas
Belágua	-	-
Brejo de Areia	1	São Jorge, São Judas Tadeu e dentre outras
Cajari	1*	Santa Bárbara
Centro Novo do Maranhão	5	-
Conceição do Lago-Açu	5	Santa Bárbara
Fernando Falcão	-	-
Governador Newton Bello	3	Santa Bárbara
Itaipava do Grajaú	-	-
Jenipapo dos Vieiras	-	-
Lagoa Grande do Maranhão	1	Santa Bárbara e São Jorge
Pedro do Rosário	5	Farra de Caixeiras, Divino Espirito Santo, festa São Benedito
Primeira Cruz	-	-
Marajá do Sena	-	-
Milagres do Maranhão	-	-
Santa Filomena do Maranhão	1	Tio Zé em Formosa
Santana do Maranhão	1	Não catalogadas
Santo Amaro do Maranhão	1	Festa em Boa Vista
São Francisco do Maranhão	-	-
São João do Carú	5	Não catalogadas
São João do Soter	16	Não catalogadas
São Raimundo do Doca Bezerra	1	Não catalogadas
São Roberto	1	Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e na terça de carnaval
Satubinha	1	Festa em Sapucáia
Serrano do Maranhão	+-30	Não catalogadas

* Número de Terreiros informados só na sede

** O município de Aldeias Altas não foi informado

Fonte: IMESC

Quanto aos indígenas, presentes em 6 municípios do Plano Mais IDH - Fernando Falcão, Arame, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, São João do Carú e Centro Novo do Maranhão - merecem um estudo mais aprofundado sobre a possibilidade de inserção destas comunidades em atividades turísticas locais. Destas citadas acima, temos como exemplo a Festa do Muquiado e da Tora em Itaipava do Grajaú e a Festa indígena do Muquiado (Menina Moça) em Jenipapo dos Vieiras **(Figura 5)** .

Figura 5 – Festa do Muquiado



Fonte: Sediverte

Para além das festas religiosas com diferentes raízes culturais, foram registrados eventos com grande relevância nos municípios, com destaque para as vaquejadas **(Figura 6)** e o carnaval. A Independência do Brasil e os aniversários da emancipação das cidades ensejam desfiles e comemorações, principalmente nos colégios.

Figura 6 – Vaquejada no município de Satubinha



Fonte: Prefeitura Municipal de Satubinha, 2014

2. Atrativos Naturais

São incontáveis as belezas naturais da maioria dos municípios selecionados pelo Plano Mais IDH, como praias e rios, com balneários localizados ao longo dos seus cursos, cachoeiras, lagos, matas, florestas, paisagens e muitos outros, resultantes de acontecimentos geológicos, geomorfológicos e climáticos pelos quais o território maranhense passou ao longo do tempo.

Podemos dividir o relevo maranhense em duas unidades: planície e planalto, com esta última forma predominando na região Centro-Sul do Maranhão, onde se localizam 10 municípios do Plano Mais IDH. Com relevo bastante acidentado, apresentam chapadas **(Figura 7)**, vales **(Figura 8)**, morros testemunhos, serras e rios que, devido aos terrenos íngreme, são mais propensos a formar cachoeiras e corredeiras **(Figura 9)**.

Figura 7 – Chapada em São Francisco do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

Figura 8 – Vale e chapadas em Marajá do Sena



Fonte: IMESC, 2015

Figura 9 – Balneário Barragem - Santa Filomena do Maranhão



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Filomena do Maranhão, 2014

Os demais municípios localizam-se na Planície Maranhense, formada por um complexo paisagístico, composto pelo Litoral Ocidental e Oriental, Golfão Maranhense e Planície Fluvial.

No Litoral Ocidental temos as Reentrâncias Maranhenses, área que o mar adentra no continente, marcada por igarapés, ilhas e manguezais, e onde estão os municípios de Serrano do Maranhão e uma pequena parte do município de Amapá do Maranhão.

Os municípios de Santo Amaro do Maranhão **(Figura 10)**, Primeira Cruz **(Figura 11)**, Água Doce do Maranhão, Araioses e parte do município de Belágua localizam-se na unidade geomorfológica dos Lençóis Maranhenses, que corresponde às faixas litorâneas e sublitorâneas da porção oriental, caracterizadas por restingas, campos de deflação e dunas (UEMA, 2000).

Figura 10 – Lagoa da Gaivota, Santo Amaro do Maranhão



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão, 2012

Figura 11 – Rio Periá - Primeira Cruz



Fonte: IMESC, 2015

Encontram-se na Baixada Maranhense os municípios de Cajari, Conceição do Lago-Açu e Pedro do Rosário, com uma paisagem marcada principalmente por lagos e campos inundáveis.

Destaca-se também que os municípios de Centro Novo do Maranhão, Amapá do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Carú estão na área da Amazônia, região marcada pela floresta equatorial com sua exuberante fauna e flora.

Os municípios de Milagres do Maranhão **(Figura 12)**, São João do Soter, Brejo de Areia, Afonso Cunha **(Figura 13)** e Aldeias Altas possuem rios que formam lindas paisagens com excelentes locais de banho.

Figura 12 – Rio Parnaíba em Milagres do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

Figura 13 – Rio Munim no município de Afonso Cunha



Fonte: IMESC, 2015

3. Potencialidades Turísticas

Os municípios selecionados pelo Plano Mais IDH estão localizados em áreas com grande potencial natural, com a presença de recursos naturais preservados, elementos estratégicos para o desenvolvimento de turismo ecológico. O interesse da população pelas manifestações culturais, na maioria dos municípios visitados, somado à hospitalidade e receptividade das comunidades, marcam também uma oportunidade diferenciada a ser desenvolvida dentro do Plano Turístico Estadual. Tais oportunidades de fomento da atividade turística nos territórios, entretanto, exigem um planejamento que, de forma sustentável, possa colaborar com o desenvolvimento socioeconômico local.

Tendo em vista as características acima citadas, podemos constatar grande possibilidade de segmentar a demanda turística e o desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios estudados, tomando como base os polos turísticos **(Quadro 2)**, que o Estado do Maranhão vem analisando dentro da Secretaria de Estado do Turismo no Maranhão. Entretanto, registrou-se que os outros municípios do Mais IDH oferecem potenciais e/ou atrativos turísticos que podem ser trabalhados de forma planejada para geração de emprego e renda.

Como sugestão, poderão ser trabalhados a criação de Agendas 21 e Planos Municipais de Turismo nos 30 municípios do Plano Mais IDH, como a preservação de espaços naturais, criação de programas para desenvolver o turismo sustentável e parcerias com as entidades governamentais que subsidiam estas ações de preservação e valorização dos atrativos naturais e culturais, para que possam desenvolver o turismo de aventura e o turismo de eventos.

Quadro 2 - Municípios do Plano Mais IDH e Respectivos Polos Turísticos

MUNICÍPIO	POLO TURÍSTICO
Água Doce do Maranhão	Delta das Américas
Araioses	
Aldeias Altas	Região dos Cocais
Cajari	Lagos e Campos Floridos
Conceição do Lago - Açu	
Pedro do Rosário	
Arame	Serras Guajajara, Timbira e Kanela
Fernando Falcão	
Itaipava do Grajaú	
Jenipapo dos Vieiras	
Serrano do Maranhão	Floresta dos Guarás
Primeira Cruz	Lençóis Maranhenses
Santo Amaro do Maranhão	

Fonte: SETUR/IMESC, 2013

Outra importante vertente a ser explorada é a realização de ações da administração local, com foco nas instituições de ensino voltadas para a educação ambiental e a conscientização turística, desenvolvendo o artesanato local de modo a valorizar os elementos originais da região, fortalecendo o mercado artesanal e despertando a consciência ambiental na comunidade e nos visitantes.

Desenvolver também projetos que utilizem a gastronomia regional como meio de divulgar e valorizar a cultura social, trazendo melhorias das condições de vida da comunidade que se beneficiará com a economia que o turismo movimentará.

Projetos de infraestrutura para a organização e melhoria dos equipamentos e serviços locais, que promovam a diversificação nos setores do comércio local, com o objetivo de geração de empregos.

Apesar de todo o potencial existente nos 30 municípios contemplados no Plano Mais IDH, persistem vários pontos que precisam ser trabalhados tais como: precárias condições de acesso aos atrativos; pouca oferta de transporte nos municípios; inexistência de infraestrutura turística; falta de planejamento turístico; baixo nível de conhecimento da população e empresários sobre a importância do turismo; falta de sinalização turística; inexistência de postos de informações turísticas; áreas públicas necessitando de mais cuidados em grande parte dos municípios; sinal de telefonia móvel restrito à sede municipal e áreas adjacentes; pouca propaganda divulgando os municípios como uma opção de viagem e lazer.

Outros pontos que dificultam o crescimento da atividade turística sustentável nos aludidos municípios são: baixa conscientização sobre o turismo; empresários despreparados; serviços sem qualificação profissional nos segmentos que compõe o trade turístico (agência, hotel e restaurante); poluição e degradação dos recursos naturais; rodovias em fase de pavimentação em quase todos os municípios em foco; dificuldade para a comercialização turística dos municípios; o possível aumento do custo de vida local.

Como resultado das visitas aos 30 municípios contidos no Plano Mais IDH, identificou-se que todos estes municípios apresentam aspectos culturais e naturais que podem ser explorados como potenciais turísticos **(Quadro 3)** para uma Política de Desenvolvimento do Turismo local.

Quadro 3 - Potenciais turísticos dos 30 municípios do Mais IDH (Continua)

N°	Municípios	Potencialidades Turísticas
1	Afonso Cunha	– quadrilhas; – Vaquejadas em Vereda e São Francisco do Braga.
2	Água Doce do Maranhão	– Ilhas do Delta; – Vaquejadas em Iguajirú, Curva Grande, Rancho da Folha, Borracha e Santa Maria; – Rio Magu – Festas religiosas.
3	Aldeias Altas	– Vaquejada no Parque Maísa Lemos.
4	Amapá do Maranhão	– Rio, trilha esportiva de motocicletas e fazendas
5	Araioses	– Trilhas não explorada (trilha do Goiabal), lagoa da Ponta Grossa, 80 ilhas (principalmente ilhas Canarias e Ilha do Caju), manguezais; – Festival do Caranguejo; – Vaquejadas em Água Fria, Cano Bravo, Zumbi, Baixões, Barreirinhas, Carnaubeiras, Taboas, sede (Arrocha Nó-parque), Comprida e Pirangi; – Festas religiosas.
6	Arame	– Lagoa da Santa Luzia (povoado Santa Luzia), Aldeia Tarrafa, banho Zutíuana, rally com motocicletas; – Vaquejadas na Sede e Lagoa Comprida.
7	Belágua	– Vaquejada na Fazenda Piquizeiro, rios e cacheiras.
8	Brejo de Areia	– Turma da fumaça (Moto Cross), Iate Clube de Brejo de Areia; – Serra do Marianinho; – Vaquejadas em Igarapé do Meio, Brejo Novo e São Domingos.
9	Cajari	– Igreja, casas antigas, cadós (antiga fazenda), rios e lagos; – Festival do Peixe (setembro) e Festival de Inverno (maio); – Vaquejada na Fazenda Vila Lourdes (outubro).
10	Centro Novo do Maranhão	– Balneário no Rio Gurupi, fontes, cachoeira, morros e serras; – Festivais da piaba, açaí, banana, feijão; – Vaquejada na sede, Parque 2 e 3.

Quadro 3 – Potenciais turísticos dos 30 municípios do Mais IDH (continuação)

Nº	Municípios	Potencialidades Turísticas
11	Conceição do Lago - Açu	– Sítios arqueológicos com vestígios de moradias de índios nos lagos; – Ruinas históricas no povoado de Lapela; – Festival do Peixe; – Rios e lagos; – Vaquejada na sede e na zona rural.
12	Fernando Falcão	– Rally; – Rio Alpercatas, Balneários Ribeirão e Escondido da Ivete; – Vaquejada no Parque Genésio Lima e povoado Maravilha.
13	Governador Newton Bello	– Vaquejada no Parque Santo Antônio e Sagitário.
14	Itaipava do Grajaú	– Serras e morros. – Balneários ao longo do Rio Grajaú; – Trilhas para rally; – Vaquejada no povoado Calumbi.
15	Jenipapo dos Vieiras	– Trilhas para realização de rally. – Balneários no Rio Grajaú; – Parque de Vaquejada Pedro Santos Albuquerque.
16	Lagoa Grande do Maranhão	– Balneários localizados ao longo do Rio Grajaú; – Lagoa Grande e trilhas para rally; – Vaquejada na sede e outra na Lagoa do Encontro.
17	Marajá do Sena	– Rally de moto; – Chapadas e vales.
18	Milagres do Maranhão	– Monumento Histórico Pedra dos Milagres. – Festejo de Nossa Senhora dos Milagres no mês de agosto que atrai muitos romeiros. – Rio Parnaíba.
19	Pedro do Rosário	– Pau do Rio dos Peixes; – Festival da Juçara. – Vaquejadas, fazendas e rios
20	Primeira Cruz	– Lagoa do Caçó, Rio Periá, Entrada dos Lençóis Maranhenses, praias, dunas; – Carnaval;
21	Santa Filomena do Maranhão	– Rally; – Vaquejadas. – Balneário Barragem e Lagoa do Edil.

Quadro 3 – Potenciais turísticos dos 30 municípios do Mais IDH (conclusão)

Nº	Municípios	Potencialidades Turísticas
22	Santana do Maranhão	– Festival do Caju; – Vaquejada em Pati. – Rio Magu
23	Santo Amaro do Maranhão	– Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. – Rios, trilhas, lagoas, dunas.
24	São Francisco do Maranhão	– Sítio arqueológico no povoado Bizerro; – Vaquejada em União dos Belos e Parque Lajes. – Festival de Verão – Balneários no Rio Parnaíba – Serras e chapadas.
25	São João do Carú	– Festival do Peixe e Festival de Verão. – Vaquejada no Parque da Mangueira. – Balneários
26	São João do Sóter	– Monumento histórico Casarão. – Festa da coleta. – Festejo de São Francisco de Assis. – Rios e balneários. – Fazendas
27	São Raimundo do Doca Bezerra	– Vaquejadas. – Rios
28	São Roberto	– Balneário localizado no povoado Militoa; – Festival de música da Assembleia de Deus; – Parque de Vaquejada Raimundo Alves.
29	Satubinha	– Vaquejada no Parque Santa Clara (janeiro/junho). – Rios
30	Serrano do Maranhão	– Festa do Açaí. – Ruínas históricas de casas grandes e engenhos. – Festas de matriz africanas

Fonte: IMESC, 2015.

Considerações Finais

O Estado do Maranhão, devido à sua grande diversidade natural e cultural, possui grandes possibilidades de estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística, com a criação de metodologias inovadoras e de incentivo à formação de redes que garantam a sustentabilidade das iniciativas nos municípios inseridos no Plano Mais IDH.

Para que essas possibilidades venham a se concretizar é preciso alinhar a política dos municípios à Agenda 21 e ao Plano Nacional de Turismo, melhorar a infraestrutura local, englobando deste o acesso à cidade, as rotas e o transporte aos pontos turísticos municipais, a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, a fiscalização destes (monitorar a qualidade e legalidade da prestação dos serviços turísticos), classificar e certificar os serviços e equipamentos turísticos, cadastrar os prestadores de serviços turísticos, capacitar e qualificar profissionais e gestores do setor de turismo.

Dentre outras ações a serem desenvolvidas, está a divulgação e promoção dos atrativos naturais e culturais, a organização na oferta e facilidade de compra de pacotes a serem oferecidos, o incremento de linhas de financiamento à iniciativa privada, a organização de cooperativas produtivas para o setor de serviços. Constitui-se também de interesse estratégico o incentivo à pesquisa, aos cursos profissionalizantes para os jovens, ou ainda planos de cursos e conteúdos customizados às especificidades de cada público (Política Nacional de Qualificação Profissional). Outras importantes ações - como apoiar eventos de comercialização de produtos locais, com destaque para o artesanato, organização de eventos religiosos, esportivos, festivais e outros – possibilitarão desenvolver de forma articulada o turismo social, religioso, de eventos, de aventura e de negócios.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática_SIDRA.** Disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n.52, set/dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015>.
Acesso em: 06 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO. **Inventário turístico:** Água Doce do Maranhão. 2013. 68p.

TROVÃO, J.R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Laboratório de Geoprocessamento –LABGEO.



Meio Ambiente

2.Gestão e Meio Ambiente

Introdução

Com exceção do Saneamento, componente que está presente na construção da Dimensão da Longevidade, os Indicadores Ambientais não participam dos cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que concentram suas atenções prioritariamente nas condições de Educação, Saúde e Renda da população. Porém, considerando a realidade socioespacial do Maranhão, onde comunidades tradicionais exercem secular direito a terras coletivas, enfrentando periodicamente ameaças de ocupação externa que busca modificar usos consolidados e impor o direito de propriedade particular a terras indígenas e as áreas de proteção.

O documento está organizado em 5 itens que percorrem os temas referentes às terras protegidas por legislações federal, estadual e municipal, aos recursos hídricos, às práticas de queimadas, aos processos de desmatamentos, à legislação e à gestão ambiental, vigente ou em processo de elaboração/aprovação pelo poder público local de cada um dos 30 municípios do Plano. O quadro resultante da presente avaliação, que necessita de um detalhamento particularizado para determinados municípios com maior fragilidade ambiental, possibilita aos gestores públicos e à sociedade civil a adoção de um posicionamento proativo perante a situação descrita, fundamentando a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável compatíveis as realidades socioambientais descritas.

Os três instrumentos principais de Gestão consolidados (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) existem e estão sendo aplicados em todos os municípios do Plano de Ações Mais IDH, porém inexistem em vários municípios outros planos e instrumentos necessários à boa gestão municipal.

O Plano Diretor[1] é obrigatório para algumas cidades segundo o artigo 41 do Estatuto das Cidades, porém só existe em 8 municípios do Plano e está sendo elaborado em 2, dessa forma em 20 municípios esse documento é inexistente ou não souberam informar. Aldeias Altas e Pedro do Rosário possuem mais de 20 mil habitantes enquadrando-se na obrigatoriedade de possuir o plano diretor, porém como pode ser observado do **Quadro 1**, ainda não o possui.

A Lei 11.445/2007, obrigava todas as prefeituras do país a elaborarem seus Planos Municipais de Saneamento Básico até dezembro de 2013, cuja não observância levaria à proibição do recebimento de recursos federais para projetos de saneamento. Este ano, um Decreto Presidencial prorrogou esse prazo para 31 de dezembro de 2015, porém mesmo com esse novo prazo apenas 3 municípios relataram que já possuem o Plano, 8 estão em elaboração e 19 ainda não possuem e nem estão em elaboração (**Quadro 1**), correndo riscos de não poderem receber recursos para melhorar sua infraestrutura sanitária.

Os demais Planos Municipais - de Resíduos, Habitação, Educação, Saúde e Estratégico para Desenvolvimento Rural – também inexistem na maioria dos municípios e, naqueles que estão sendo elaborados, não há garantia da conclusão desses instrumentos, essenciais para a gestão das políticas públicas.

Em relação a obrigatoriedade, o Plano de Resíduos já ultrapassou o limite estipulado para sua realização, já o de Saneamento, encerra-se em dezembro de 2015 o prazo para ser protocolado. Caso não seja realizado, o município não poderá celebrar convênios de saneamento com o Governo Federal.

[1] Da Obrigatoriedade e abrangência do Plano Diretor:

De acordo com o artigo 41 do Estatuto da Cidade:

"Art. 41 – O plano diretor é obrigatório para cidades:
I – com mais de vinte mil habitantes;
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
III – onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal;
IV – integrantes de área de especial interesse turístico;
V – inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional"

Quadro 1 - Situação dos Planos de Gestão nos municípios do Mais IDH

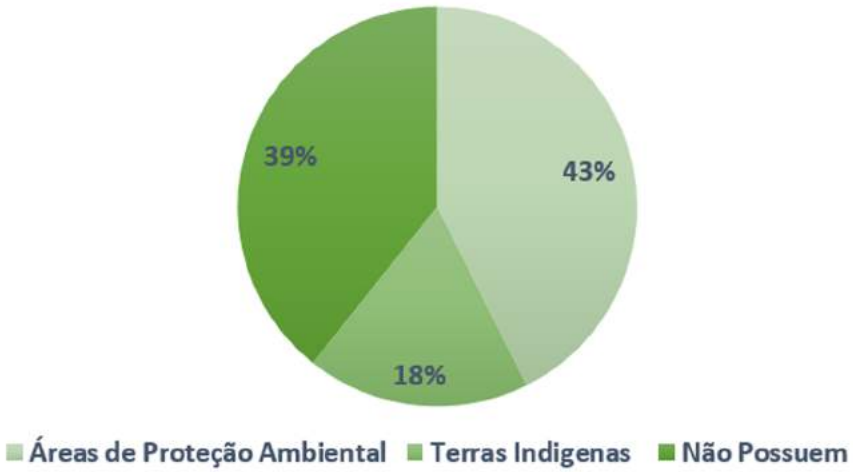
Municípios	Plano Diretor	Saneamento	Resíduos	Habitação	Educação	Saúde	Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural
Afonso Cunha	ELABORAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	SIM	SIM
Água Doce do Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Aldeias Altas	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Amapá do Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Araioses	SIM	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO
Arame	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Belágua	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Brejo de Areia	SEM INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cajari	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Centro Novo do Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Conceição do Lago-Açu	SIM	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Fernando Falcão	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO
Governador Newton Bello	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Itaipava do Grajaú	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	Não	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO
Jenipapo dos Vieiras	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lagoa Grande do Maranhão	SIM	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO
Marajá do Sena	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Milagres do Maranhão	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Pedro do Rosário	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Primeira Cruz	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO
Santa Filomena do Maranhão	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Santana do Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO
Santo Amaro do Maranhão	Sim	ELABORAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
São Francisco do Maranhão	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO
São João do Carú	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
São João do Sóter	SIM	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO
São Raimundo do Doca Bezerra	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO
São Roberto	SIM	NÃO	ELABORAÇÃO	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	NÃO
Satubinha	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Serrano do Maranhão	NÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO	ELABORAÇÃO

Fonte: IMESC 2015

1. Terras Indígenas e Áreas de Proteção Ambiental

A forma de organização do uso e ocupação do solo urbano e rural, mesmo naqueles municípios que não possuem legislação específica, deve obedecer ao disposto nas Leis Federais 6.001/73 e 1.775/96, que tratam de terras indígenas, e as Leis 6.938/81 e 12.651/12, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre o Código Florestal.

Gráfico 1. Existência de Unidades de Conservação e Áreas Indígenas nos Municípios do Plano Mais IDH



Fonte: SEMA 2010, FUNAI 2015

Dos 18 municípios com áreas protegidas (Áreas de Proteção Ambiental ou Terras Indígenas), como demonstram os **Quadros 2 e 3**, Fernando Falcão, São João do Carú e Centro Novo do Maranhão possuem os dois tipos de unidades, sendo Fernando Falcão aquele com a maior proporção de áreas indígenas, ocupando 70,69% do seu território, além do Parque Estadual do Mirador, que ocupa uma área de 5,84% do município.

Quadro 2 - Área dos Municípios de Mais Baixo IDH – MA e das Terras Indígenas

Município	Terras Indígenas	Área do Município (km²)	Área Terra Indígena (km²)	%
Arame	Timbiras	3.007	432	14,3
Centro Novo do Maranhão	Urubu Kabor e Guajajara	8.258	3.901	47,2
Fernando Falcão	Canela e Porquinhos	5.083	3.593	70,6
Governador Newton Bello	Guajajara	1.160	4	0,3
Itaipava do Grajaú	Timbira e Guajajara	1.238	187	15,1
Jenipapo dos Vieiras	Guajajara	1.962	825	42
São João do Carú	Guajajara e Awá	616	169	27,4

Fonte: IMESC, 2015

Quadro 3 - Área dos Municípios de Mais Baixo IDH – MA e das Unidades de Conservação

Município	Unidade de Conservação - UC	Área do Município(km²)	Área da UC (km²)	%
Afonso Cunha	APA Morro Garapenses	371	210	56,6
Agua Doce do MA	APA Foz Rio Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente	444	196	44,1
Araioses	APA Delta do Parnaíba	1.786	689	38,5
Belágua	APA Upaon-Açu, Miritiba, Alto Preguiças	449	449	100
Cajari	APA Baixada Maranhense	662	662	100
Centro Novo do MA	Reserva Biológica do Gurupi	8.258	1633	19,7
Conceição Lago Açu	APA Baixada Maranhense	733	733	100
Fernando Falcão	Pq. Estadual do Mirador	5.083	297	5,8
Primeira Cruz	Pq. Nacional dos Lençóis Maranhenses	1.368	1252	91,5
Santana do MA	APA Upaon-Açu, Miritiba, Alto Preguiça	933	4	0,4
Santo Amaro do MA	Pq. Nacional dos Lençóis Maranhenses	1.602	1486	92,7
São João do Carú	Reserva Biológica do Gurupi	616	115	18,6
Satubinha	APA Baixada Maranhense	441	11	2,4
Serrano do MA	APA Baixada Maranhense	1.206	1206	100

Fonte: IMESC, 2015

No que se refere às Áreas de Proteção Ambiental – APA, o **Quadro 3** demonstra que os municípios de Belágua, Cajari, Conceição do Lago Açu e Serrano do Maranhão estão com 100% de seus territórios dentro dos perímetros de proteção da APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças e da APA da Baixada Maranhense. A elaboração dos Planos de Manejo para tais áreas é de fundamental importância na análise e avaliação do grau dos impactos gerados por atividades que venham a ser implantadas nesses municípios. Considerando que as áreas de proteção ambiental necessitam de constante controle dos seus usos, principalmente aqueles para aproveitamento econômico em grande escala, torna-se importante assegurar o bom funcionamento dos conselhos gestores municipais.

Das áreas de proteção ambiental existentes no Estado e que possuem áreas nos municípios do Plano Mais IDH, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a Reserva Biológica do Gurupi são áreas de proteção integral, o que implica que a responsabilidade do seu manejo é do Instituto Chico Mendes – ICMBio, que leva em consideração para seu uso os ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o turismo, tendo o regime de visita definido pelo Plano de Manejo da Unidade.

As outras APAs, como a Baixada, Mirador, Garapenses, Preguiças, Delta e Miritiba, são de uso sustentável, implicando que os moradores dessas unidades podem desenvolver atividades de coleta e uso dos recursos naturais desde que não prejudiquem os processos ecológicos.

2. Recursos Hídricos

Muito além de uma caracterização ambiental, a água é um recurso econômico, encontrado em todos os 30 municípios do Plano Mais IDH, sejam rios com grande vazão hídrica ou vários e pequenos rios e riachos. Milagres do Maranhão, por exemplo, é cortado pelo Rio Parnaíba e outros rios menores, porém com a mesma importância para os povoados que são cortados pelos Rios Gameleira, Seco, Buriti e São Tomé.

No que diz respeito ao quantitativo de rios que banham os municípios analisados, os gestores locais citaram, durante as visitas de campo e aplicação de questionários realizados pelo IMESC, um total de 161 rios, com destaque para Brejo de Areia e Milagres do Maranhão, com 6 cursos d'água, cada um. Os relatos enfatizaram que a maioria dos cursos d'água referidos apresenta potencial econômico para a pesca, a irrigação e para as atividades relacionadas ao turismo, situação que indica a necessidade de um levantamento detalhado dos municípios que permita a implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento de tais atividades, capazes de dinamizar a economia local.

Entretanto, apesar das potencialidades hídricas observadas em todos os municípios do Plano, apenas Afonso Cunha, Cajari, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Satubinha participam dos Comitês de Bacias[2]. Os demais 25 municípios, apesar da significativa rede hidrográfica presente em seus territórios, não se representam em tais colegiados, fato que dificulta a gestão compartilhada dos recursos hídricos locais.

Na abordagem do tema dos impactos ambientais, 13 municípios relataram problemas relacionados às questões hídricas, como assoreamento, contaminação dos rios e enchentes. Dos municípios participantes de Comitês de Bacia, apenas o Secretário de Meio Ambiente de Cajari citou o impacto provocado pelo assoreamento sobre alguns dos seus rios.

O assoreamento configura-se como um dos principais impactos ambientais, provocados pelo desmatamento das margens dos rios, onde o solo exposto está sujeito ao escoamento superficial, situação que facilita o transporte de sedimentos para a calha do rio. Contrariando inclusive as disposições do Código Florestal (Lei 12.651/12)

> [...] Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:
> I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:
> a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
> b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura [...]

[2] Instituídos pela lei que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos (3.239/98), os Comitês são compostos por representantes do Poder Público, da sociedade civil e de usuários de água. Essa formação tem como objetivo garantir a deliberação de decisões que influenciem na melhoria da qualidade de vida da região e no desenvolvimento sustentado da bacia. Por seu poder consultivo, normativo e deliberativo, os Comitês são considerados o "Parlamento das Águas".

Outra questão levantada pelos gestores municipais está relacionada com a contaminação dos cursos d'água, provocada pelos baixos índices de saneamento básico nas áreas de ocupação urbana, que não contam com tratamento de esgotos e demais efluentes. Esta situação ocorre, também, em municípios nos quais o agronegócio está presente, principalmente nas culturas da soja, cana e eucalipto que adotam o uso de agrotóxicos em grande escala.

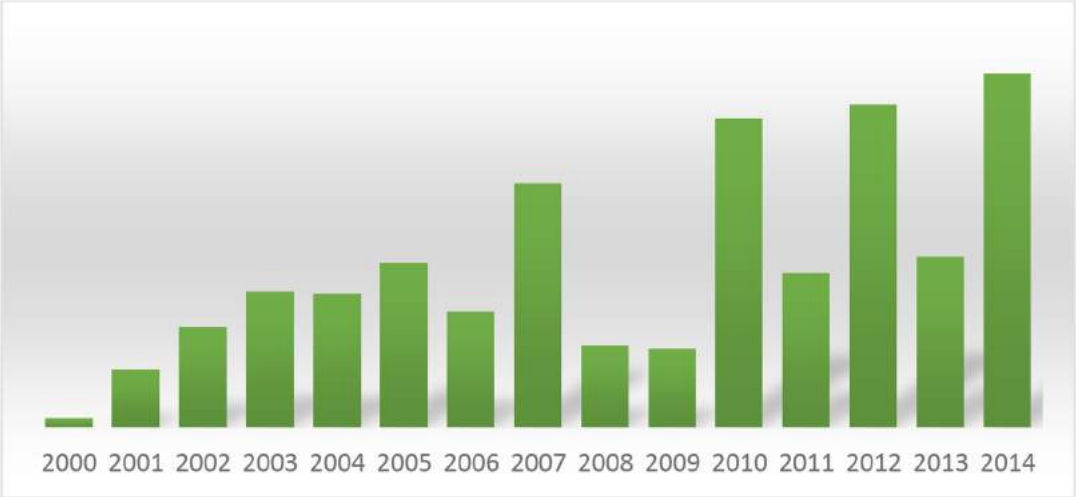
Em 2014, a Defesa Civil divulgou um total de 82 mil pessoas atingidas por enchentes no Estado. Dos municípios do Plano Mais IDH, foram citados pelos gestores como tendo sido impactados os municípios de Marajá do Sena, Cajari, Arame e Governador Newton Bello. Devido às características do próprio relevo, grandes altitudes próximas às áreas de vales, esses municípios são facilmente atingidos por enchentes, devendo ser aplicados planos emergenciais para os períodos de incidência de elevados índices pluviométricos, além da viabilização de projetos habitacionais para retirada da população moradora das áreas mais próximas aos rios, diminuindo dessa forma o risco de perdas materiais e humanas.

3. Queimadas

Os focos de queimadas são monitorados no Brasil pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e, segundo informações ali coletadas, todos os municípios do Plano Mais IDH possuem alto número de focos, inclusive aqueles que possuem, em seu território, Terras Indígenas e Áreas de Preservação Ambiental – APA. Dos dois biomas nos quais estão localizados os 30 municípios do Plano – da Amazônia e do Cerrado -, o INPE prioriza o monitoramento de focos para o Bioma da Amazônia, disponibilizando dados mais precisos para essa região.

O comparativo da situação das queimadas nos municípios selecionados demonstrou, em quase todos eles, a ocorrência de um padrão de variação - aumento e diminuição de focos em determinados períodos de um ano -, com acréscimos que representam quase o dobro no intervalo observado. Como exemplo, no Município de Fernando Falcão **(Gráfico 2)**, foram identificados 5.634 focos, entre os anos de 2000 e 2014, com uma média anual de 375 focos, dados que constituem 1,8% dos casos de queimadas do Estado. No período, foi possível observar um crescente aumento dos focos de queimadas de 2000 a 2005 e, a partir de 2006 até 2013, ocorre uma variação, quase constante entre aumento e diminuição dos focos entre os referidos anos.

Gráfico 2 - Focos de Queimadas - Fernando Falcão - 2000-2014



Fonte: INPE

Ao relacionar os dados das queimadas nos municípios selecionados pelo Plano às outras informações, como por exemplo produção agrícola e ou características culturais que demandam a limpeza do solo, verifica-se um aumento dos focos de queimadas coincidindo com os períodos de colheita da cana-de-açúcar.

Fato que se justifica pois o plantio da cana-de-açúcar na área inicia-se em um ano, com colheita no ano seguinte para que haja um período de descanso do solo, assim observa-se um ano com plantio e outro ano com colheita, resultando em um número maior de queimadas no período de colheita da cana-de-açúcar que pode ser associada à limpeza regular do terreno (que ocorre anualmente) para outras culturas.

É relevante destacar que o monitoramento de queimadas é realizado pelo INPE se constituindo em importante ferramenta para subsidiar o desenvolvimento de ações com o objetivo de minimizar essa problemática

4. Desmatamento

Por ocasião do trabalho de campo, quando foram aplicados questionários aos gestores municipais da área do meio ambiente dos 30 municípios do Plano, todas as respostas referentes à existência de impactos ambientais citaram o desmatamento como um grande problema a ser resolvido.

Conforme os entrevistados, o desmatamento é um dos graves problemas ambientais existentes no Estado, ocorrendo até mesmo nas Áreas de Proteção Ambiental - APA e em Terras Indígenas, provocando sérios impactos ao ambiente natural e à saúde da população.

A prática do desmatamento está relacionada tanto aos grandes empreendimentos, como o agronegócio (monocultura e pecuária extensiva), quanto ao extrativismo - produção de carvão vegetal e extração de areia e madeira de lei. Apesar da importância econômica que as atividades citadas representam em diferentes escalas socioeconômicas, o desafio que se coloca para a gestão pública diz respeito a alcançar equilíbrio entre produção econômica e preservação ambiental, assegurando avanços sociais com base no paradigma do Desenvolvimento Sustentável.

Destacam-se nesse sentido as ações de monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite (PRODES) - realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS) – realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que juntos cobrem 95,4% do território estadual e que podem subsidiar a elaboração de medidas que objetivando minimizar a problemática relacionada ao desmatamento.

Entretanto, cabe ressaltar que 7 dos 30 munícipios não são monitorados, nesse sentido um monitoramento mais abrangente poderia se traduzir em diminuição das queimadas nessas áreas posto que ações do poder público poderiam ser melhor direcionadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Brasília, DF, 2012.

_____. Lei 6.938/81, de 31 de agosto de 1981 **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1981.

_____. Lei 1.775/96 de 8 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências**. Brasília, DF, 1986.

Disponível em: <**http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-nacional-de-informacao-sobre-meio-ambiente-sinima/indicadores**> Acesso em: 01 out 2015

Educação



3.Educação

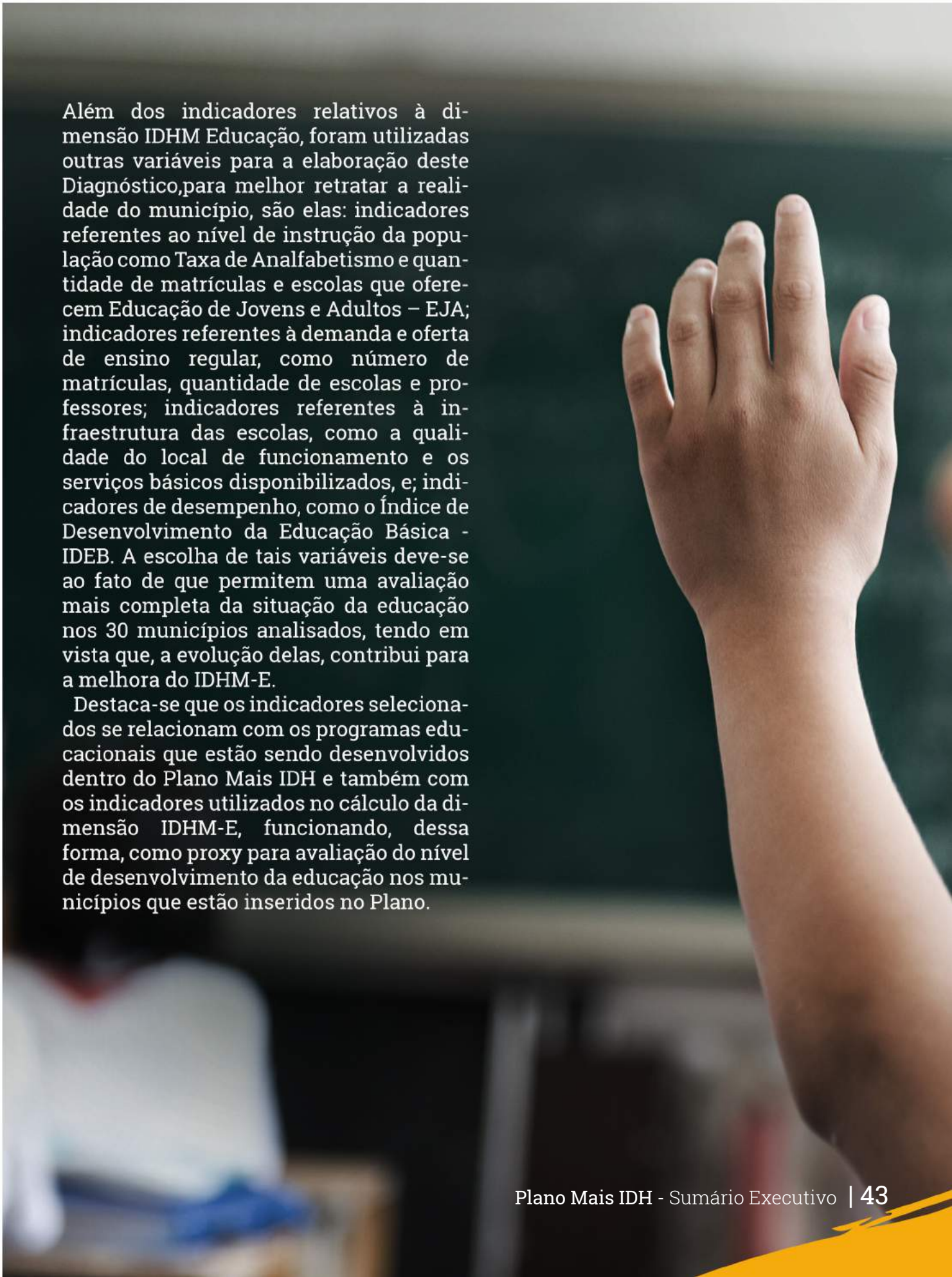
Introdução

A educação representa uma das três dimensões utilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para avaliar o desenvolvimento humano através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Esta dimensão (IDHM-Educação) é mensurada pelo resultado da média geométrica de dois componentes, são eles: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem.

O primeiro componente é medido pelo indicador percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com Ensino Fundamental completo e tem peso 1. Já o segundo componente tem peso 2, e é medido pela média aritmética de quatro indicadores que o compõem: i) percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola; ii) percentual de jovens de onze a treze anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; iii) percentual de jovens de quinze a dezessete anos com ensino fundamental completo; e iv) percentual de jovens de dezoito a vinte anos com ensino médio completo.

Ou seja, o primeiro componente que tem peso 1, por ser composto por apenas um indicador representa 33,3% do IDHM-E, enquanto que o segundo componente de peso 2, por ser composto por quatro indicadores, possui representatividade de 16,6% para cada indicador.

A forma como está estruturado o IDHM-Educação, possibilita-se a avaliação do funcionamento escolar dos períodos passados (escolaridade da população adulta) e da dinâmica educacional da população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação (fluxo escolar da população jovem), o que facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas e nas idades certas.



Além dos indicadores relativos à dimensão IDHM Educação, foram utilizadas outras variáveis para a elaboração deste Diagnóstico,para melhor retratar a realidade do município, são elas: indicadores referentes ao nível de instrução da população como Taxa de Analfabetismo e quantidade de matrículas e escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos – EJA; indicadores referentes à demanda e oferta de ensino regular, como número de matrículas, quantidade de escolas e professores; indicadores referentes à infraestrutura das escolas, como a qualidade do local de funcionamento e os serviços básicos disponibilizados, e; indicadores de desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. A escolha de tais variáveis deve-se ao fato de que permitem uma avaliação mais completa da situação da educação nos 30 municípios analisados, tendo em vista que, a evolução delas, contribui para a melhora do IDHM-E.

Destaca-se que os indicadores selecionados se relacionam com os programas educacionais que estão sendo desenvolvidos dentro do Plano Mais IDH e também com os indicadores utilizados no cálculo da dimensão IDHM-E, funcionando, dessa forma, como proxy para avaliação do nível de desenvolvimento da educação nos municípios que estão inseridos no Plano.

1. O IDHM-E e seus componentes entre os anos 2000 e 2010

Quanto ao IDHM-E, observou-se que, na maioria dos municípios analisados, houve crescimento de 0,188 a 0,314 pontos entre os anos 2000 e 2010. Contudo, não foi o suficiente para que a dimensão Educação desses municípios pudesse mover-se da faixa de desenvolvimento classificada como muito baixo pelo PNUD, cujo limite é 0,499. Ressalta-se que o menor índice observado foi em Fernando Falcão (0,286) e o maior foi em Belágua (0,455). Dentre os indicadores relativos à Dimensão Educação, os maiores percentuais registrados, foram: i) o percentual de pessoas de cinco a seis anos frequentando a escola; ii) percentual de pessoas de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental; e, iii) o percentual de pessoas de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo. Quanto ao primeiro, o percentual médio dos 30 municípios foi de 92,04%, sendo que em 22 dos trinta municípios, o percentual em 2010 foi superior a 90%, tendo como destaque positivo Água Doce do Maranhão, cujo percentual foi de 100%, e com menor percentual observado encontra-se Jenipapo dos Vieiras (73,87%). No tocante ao segundo indicador, em 2010 a média de pessoas de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental dos 30 município, foi de 70,47%, com percentuais que variam de 51,07% a 87,05%, nos municípios Jenipapo dos Vieiras e Santa Filomena do Maranhão, respectivamente.

No que diz respeito ao percentual de pessoas de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo, os percentuais verificados em 2010 foram inferiores 50%, variando de 14,74% a 41,51% nos municípios Fernando Falcão e Serrano do Maranhão, respectivamente, sendo que a média dos 30 municípios é de 27,92%.

Depreende-se, portanto, que os resultados estão piores nas etapas de ensino mais elevadas. Quanto ao desempenho dos anos iniciais, atribui-se a esse desempenho, as condicionalidades exigidas nas áreas de educação e saúde pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família - PBF, para que a família permanece recebendo o benefício[1].

No tocante ao percentual de pessoas de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo e percentual de pessoas de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo, os municípios ainda continuam apresentando baixas taxas em 2010. Os percentuais observados para pessoas de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo, variam entre 15,36% e 31,13% nos municípios Marajá do Sena e Belágua, respectivamente. No que se refere ao percentual de pessoas de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo, o percentual máximo observado foi em Belágua (18,05%), sendo de 11,9% a média dos 30 municípios. Estes dois componentes são os mais críticos, e, dessa forma, necessitam de políticas educacionais voltadas para a redução da distorção idade-série, da taxa de reprovação e de evasão escolar, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A **Tabela 1** apresenta os 30 municípios com menor IDHM do Estado e respectivos componentes entre os anos 2000 e 2010.

[1] Na área de Educação, os compromissos que devem ser cumpridos são: i) Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; ii) Garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa, e iii) Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes.

Tabela 1 – Os 30 municípios com menor IDHM do Estado e respectivos componentes entre os anos 2000 e 2010 – em %.

Municípios	IDHM Educação		% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo		% de 5 a 6 anos frequentando a escola		% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental		% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo		% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Afonso Cunha	0,168	0,434	9,9	26,0	57,4	94,6	23,0	78,7	3,6	34,6	3,3	16,2
Água Doce do Maranhão	0,109	0,363	4,5	18,7	54,7	100,0	8,1	68,5	3,0	25,1	1,7	8,6
Aldeias Altas	0,172	0,374	8,2	23,1	70,5	93,0	20,0	61,7	6,0	21,2	3,1	14,5
Amapá do Maranhão	0,135	0,406	6,9	27,0	60,6	93,3	9,1	65,1	4,9	29,8	0,6	11,1
Araioses	0,116	0,402	7,4	23,2	39,5	94,6	12,1	76,8	4,1	30,1	2,4	10,3
Arame	0,142	0,365	9,2	24,2	53,1	88,5	8,1	54,6	7,6	25,2	1,6	11,3
Belágua	0,141	0,455	6,9	31,1	71,1	94,7	6,5	69,4	1,6	37,9	1,4	18,1
Brejo de Areia	0,150	0,408	9,1	23,5	67,0	93,7	0,9	78,9	2,9	32,0	6,1	10,4
Cajari	0,156	0,421	7,9	28,5	67,8	91,1	11,7	70,1	3,8	28,5	4,6	14,8
Centro Novo do Maranhão	0,121	0,382	5,9	26,0	57,7	84,7	7,5	69,9	3,9	21,3	0,6	9,3
Conceição do Lago-Açu	0,123	0,370	5,4	22,5	64,8	98,7	5,9	66,0	2,5	18,3	1,0	6,6
Fernando Falcão	0,072	0,286	4,3	15,8	28,5	76,0	4,2	54,9	3,5	14,7	0,9	7,8
Governador Newton Bello	0,145	0,387	6,5	23,7	69,1	88,5	12,2	69,9	4,2	30,1	1,1	9,5
Itaipava do Grajaú	0,131	0,419	5,0	25,9	74,0	97,3	6,9	74,8	1,4	31,3	2,2	10,1
Jenipapo dos Vieiras	0,137	0,346	7,5	24,6	56,2	73,9	13,4	51,1	1,8	25,5	2,5	13,6
Lagoa Grande do Maranhão	0,128	0,360	4,7	18,9	75,4	89,0	7,3	70,4	1,2	26,1	-	13,1
Marajá do Sena	0,111	0,299	4,8	15,4	56,3	90,0	7,3	54,2	2,5	15,4	1,3	7,2
Milagres do Maranhão	0,128	0,413	6,5	22,6	53,3	98,7	11,4	78,9	5,2	31,8	1,8	14,3
Pedro do Rosário	0,143	0,415	6,7	27,8	70,1	96,8	8,6	69,1	2,8	28,7	1,8	8,2
Primeira Cruz	0,212	0,414	12,8	25,9	76,6	91,7	22,2	80,2	6,8	24,6	3,2	12,6
Santa Filomena do Maranhão	0,155	0,435	5,9	22,8	74,3	98,6	15,7	87,1	7,7	37,8	2,9	16,7
Santana do Maranhão	0,083	0,394	4,7	23,6	37,8	90,0	5,0	80,5	0,5	24,4	0,8	8,8
Santo Amaro do Maranhão	0,188	0,416	9,9	26,4	66,9	93,9	20,2	73,9	11,5	32,2	4,9	8,7
São Francisco do Maranhão	0,168	0,400	11,8	22,1	49,9	95,9	18,3	72,7	6,8	30,8	5,0	15,6
São João do Carú	0,093	0,397	3,2	24,7	59,4	95,3	2,4	68,7	2,0	23,3	-	14,4
São João do Soter	0,158	0,401	7,7	22,0	68,7	92,9	17,9	81,8	2,1	28,2	1,7	13,9
São Raimundo do Doca Bezerra	0,169	0,410	7,8	25,5	88,6	97,9	6,8	77,7	2,1	24,4	1,7	7,6
São Roberto	0,107	0,391	5,7	23,2	48,1	94,8	2,6	66,2	2,6	24,5	5,0	17,2
Satubinha	0,147	0,369	10,8	20,0	46,4	79,4	14,0	67,9	4,7	38,5	3,4	14,8
Serrano do Maranhão	0,173	0,433	7,7	26,6	85,5	93,7	12,8	74,4	5,3	41,5	-	11,7

Fonte: PNUD

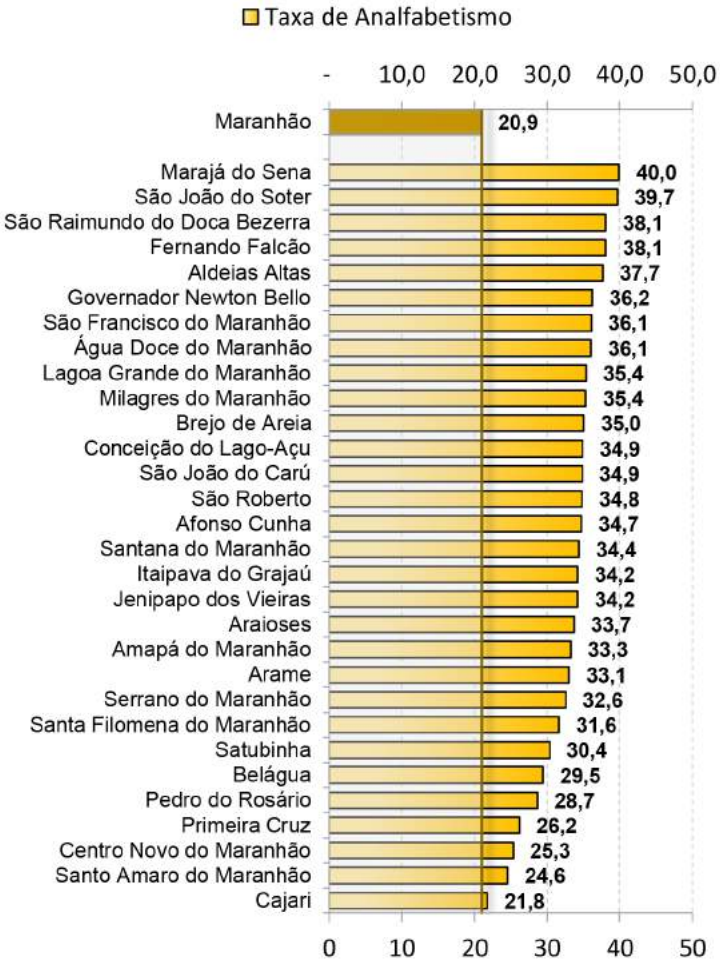
A dura realidade pela qual muitas famílias passam, principalmente as que vivem em condições precárias e cujos jovens precisam começar a trabalhar ainda na adolescência para obter seu sustento, isto é, a necessidade de colaborar com a renda familiar acaba contribuído para o abandono escolar. Ressalta-se que, no caso das jovens que engravidam enquanto estão em idade escolar, existe maior dificuldade de voltar à escola. No entanto, tais indivíduos ainda têm oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e Médio, posteriormente. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica. É destinada a jovens e adultos que paralisaram seus estudos e para os que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. Segundo o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), os sistemas de ensino tinham até 2013 para desenvolver programas que garantam a permanência na escola regular dos jovens de 15 a 17 anos. E a partir de 2013 o EJA só atenderia maiores de 18 anos.

A modalidade EJA do Ensino Fundamental está presente em todos os 30 municípios avaliados, ao contrário da EJA do Ensino Médio, que está presente em apenas nove, a saber: Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Araioses, Governador Newton Bello, Pedro do Rosário, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Carú e São Roberto. Dentre os municípios citados, o que apresentou o maior número de matrículas foi Aldeias Altas (204), de acordo com o Informe Estatístico da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC.

1.1 Analfabetismo

No que tange ao analfabetismo, todos os 30 municípios apresentaram taxas superiores à do Estado (20,5%) em 2010. Ressalta-se que o município que apresentou a menor taxa foi Cajari (21,8%), e a maior taxa observada foi no município Marajá do Sena (40,0%), conforme o **Gráfico 1.**

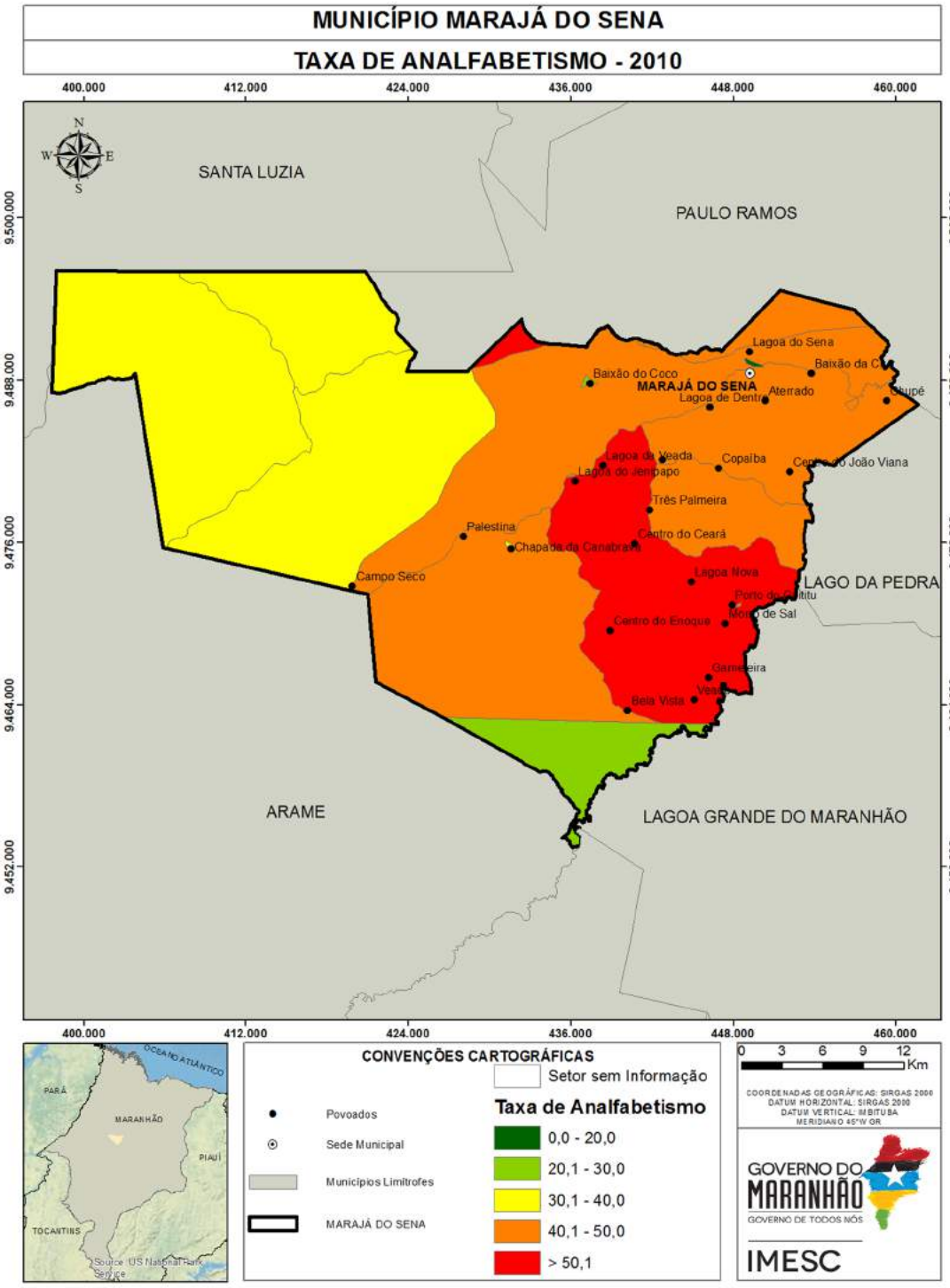
Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo dos 30 municípios com menor IDHM do Estado 2010 – em %.



Fonte: IBGE; Censo 2010

É importante destacar que, mesmo com taxas elevadas, os municípios obtiveram melhora considerável entre 2000-2010. Dentre os municípios que apresentaram a maior redução em pontos percentuais, destacam-se: Centro Novo do Maranhão (18,1), São João do Carú (18,1), Fernando Falcão (17,5), Satubinha (16,6) e Santana do Maranhão (16,6). Outro fator que merece destaque o caso de Cajari, que foi o único município que, ao invés de diminuir a taxa de analfabetismo entre 2000-2010, aumentou em 2,3 p.p., saindo de 19,4% em 2000 para 21,8% em 2010. A maior incidência de taxas elevadas nos municípios analisados encontra-se na Zona Rural, assim como em todo o Estado, pois esse é um problema estrutural. A exemplo, segue o mapa do município Marajá do Sena, que apresentou a maior taxa de analfabetismo dentre os 30 municípios analisados.

Mapa 1 – Taxa de analfabetismo do município de Marajá do Sena por setor censitário 2010 – em %.



Fonte: IBGE (2008),2010), IMESC(2015)

1.2 Indicadores de desempenho da Educação

A avaliação dos indicadores de desempenho da Educação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB[2] e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, são fundamentais para que se tenha um horizonte que possa orientar os formuladores de políticas públicas em prol da qualidade da Educação, pois os índices expressam valores relevantes sobre o nível de aprendizagem.

1.2.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

O INEP recomenda como forma de avaliação do IDEB os seguintes parâmetros: i) se a escola atingiu a meta prevista; ii) se cresceu o IDEB em relação ao ano anterior iii) se já chegou ao valor de referência 6,0.

Tomando como base os anos iniciais do Ensino Fundamental, observou-se que apenas dois municípios (Afonso Cunha e Conceição do Lago-Açu) não atingiram nenhuma das metas, de 2007 até 2013, período em que os alunos foram submetidos à avaliação. Os municípios em que conseguiram atingir as metas em todos os anos foram: Aldeias Altas, Jenipapo dos Vieiras, Lagoa Grande do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão e Serrano do Maranhão **(Tabela 2)**.

[2]Na área de Educação, os compromissos que devem ser cumpridos são: i) Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; ii) Garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa, e iii) Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes.

Tabela 2 – IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas dos 30 municípios com menor IDHM do Estado entre 2007 e 2013 e projeções entre 2007 e 2015

Município	IDEB				Projeções				
	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
Afonso Cunha	2.8	3.2	3.6	3.5	2.9	3.3	3.7	3.9	4.2
Água Doce do Maranhão	3.3	2.9	3.3	3.4	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5
Aldeias Altas	2.5	2.9	3.4	3.8	2.3	2.7	3.1	3.4	3.7
Amapá do Maranhão	2.5	3.1	3.3	3.2	2.3	2.8	3.3	3.6	3.9
Araioses	3.3	3.2	3.2	3.6	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3
Arame	2.9	3.4	3.2	3.0	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9
Belágua	3.5	2.4	3.3	2.8	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9
Brejo de Areia	3.0	3.8	3.3	3.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.7
Cajari	2.6	3.3	3.8	3.6	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4
Centro Novo do Maranhão	3.8	3.3	3.4	3.5	3.4	3.8	4.2	4.5	4.8
Conceição do Lago-Açu	2.3	2.4	3.1	3.0	2.4	2.8	3.2	3.5	3.7
Fernando Falcão	4.1	4.4	3.3	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7
Governador Newton Bello	2.8	3.1	3.2	2.8	2.4	2.7	3.1	3.4	3.7
Itaipava do Grajaú	3.0	2.8	3.4	2.8	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9
Jenipapo dos Vieiras	4.2	3.6	4.2	4.7	2.1	2.6	3.1	3.3	3.6
Lagoa Grande do Maranhão	2.5	2.8	3.4	3.4	2.4	2.7	3.1	3.4	3.7
Marajá do Sena	2.5	2.5	3.6	2.8	2.0	2.4	2.8	3.1	3.4
Milagres do Maranhão	3.3	3.3	3.5	3.2	0	3.5	3.8	4.1	4.4
Pedro do Rosário	2.5	3.3	3.9	2.9	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2
Primeira Cruz	3.2	2.7	2.9	3.1	2.3	2.6	2.9	3.2	3.5
Santa Filomena do Maranhão	3.7	3.4	3.4	3.2	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9
Santana do Maranhão	3.4	3.5	3.9	3.6	0	3.6	4.0	4.3	4.6
Santo Amaro do Maranhão	3.1	4.1	3.6	4.2	2.4	2.8	3.1	3.4	3.7
São Francisco do Maranhão	2.6	3.3	2.8	2.9	2.3	2.6	3.0	3.2	3.5
São João do Carú	4.8	3.3	3.8	2.9	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0
São João do Soter	2.5	2.7	2.8	3.6	1.9	2.4	2.9	3.2	3.4
São Raimundo do Doca Bezerra	2.8	2.9	3.4	3.9	2.7	3.1	3.6	3.9	4.2
São Roberto	5.1	3.6	3.7	*	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5
Satubinha	3.2	0	3.5	2.8	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0
Serrano do Maranhão	3.4	3.6	3.7	3.9	2.5	2.8	3.2	3.5	3.8

Fonte: INEP; MEC.
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Ressalta-se que do total de escolas (1.452) dos 30 municípios analisados, apenas 16,7%, atenderam aos requisitos necessários para que seus resultados fossem divulgados pelo INEP. O município que mais se destacou, isto é, o que apresentou o maior número de escolas com índice divulgado, foi São Roberto (41,2%). As escolas que mais se destacaram no município foram: a Escola Municipal Florêncio Pereira e a Unidade Integrada Remy Soares. Por outro lado, Satubinha foi o município com menor número de escolas com IDEB divulgado (4,2%). Apenas uma escola atendeu aos requisitos necessários para que o INEP divulgasse seu resultado, a Unidade Escolar Aluízio Monteiro.

No que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, cinco municípios (Arame, Governador Newton Bello, Lagoa Grande do Maranhão, São Francisco do Maranhão e Satubinha) não atingiram as metas nos anos indicados. Apenas Conceição do Lago-Açu e Milagres do Maranhão atingiram as metas em todos os anos (Tabela 3).

Tabela 3 – IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas públicas dos 30 municípios com menor IDHM do Estado entre 2007 e 2013 e projeções entre 2007 e 2015

Município	IDEB				Projeções				
	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
Afonso Cunha	2.8	2.9	2.9	2.7	0	2.9	3.1	3.4	3.8
Água Doce do Maranhão	3.8	3.5	3.9	2.9	3.1	3.3	3.6	4.0	4.4
Aldeias Altas	2.4	2.9	2.9	3.1	2.7	2.8	3.1	3.5	3.8
Amapá do Maranhão	2.6	3.2	2.8	3.4	0	2.7	2.9	3.3	3.6
Araioses	3.3	3.3	3.0	2.9	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3
Arame	3.3	3.4	3.4	3.0	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8
Belágua	3.0	2.7	3.0	3.0	2.7	2.9	3.1	3.5	3.9
Brejo de Areia	3.1	3.3	0	3.4	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2
Cajari	2.5	3.1	3.4	3.3	2.7	2.8	3.1	3.5	3.9
Centro Novo do Maranhão	3.4	3.3	3.3	3.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5
Conceição do Lago-Açu	2.6	2.7	3.0	3.4	2.4	2.6	2.8	3.2	3.6
Fernando Falcão	3.8	3.4	3.1	3.0	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6
Governador Newton Bello	3.0	2.9	3.0	3.3	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3
Itaipava do Grajaú	3.4	2.7	2.7	2.7	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7
Jenipapo dos Vieiras	3.4	3.4	3.1	3.8	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2
Lagoa Grande do Maranhão	2.6	2.7	2.7	3.1	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1
Marajá do Sena	2.0	1.8	2.6	3.6	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7
Milagres do Maranhão	2.4	2.9	2.8	3.1	2.2	2.3	2.6	3.0	3.3
Pedro do Rosário	2.4	3.0	3.5	3.3	2.6	2.7	3.0	3.4	3.8
Primeira Cruz	2.3	2.4	2.6	2.5	2.4	2.6	2.8	3.2	3.6
Santa Filomena do Maranhão	2.7	3.0	3.0	3.0	2.1	2.3	2.6	3.1	3.5
Santana do Maranhão	3.3	3.6	3.3	3.5	2.7	2.9	3.2	3.6	3.9
Santo Amaro do Maranhão	2.9	3.4	2.7	*	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2
São Francisco do Maranhão	2.7	2.4	2.8	3.4	2.8	3.0	3.3	3.7	4.0
São João do Carú	3.5	3.0	3.6	3.5	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6
São João do Soter	2.3	2.2	2.6	3.1	2.3	2.5	2.8	3.2	3.6
São Raimundo do Doca Bezerra	2.6	2.9	2.7	***	0	2.7	2.9	3.2	3.6
São Roberto	3.8	3.0	0	*	0	3.9	4.1	4.5	4.8
Satubinha	2.7	3.0	3.3	*	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2
Serrano do Maranhão	3.3	3.3	2.8	3.5	3.0	3.2	3.5	3.9	4.2

Fonte: INEP; MEC.
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Destaca-se que apenas 10,5% das escolas atenderam aos requisitos necessários para que seus resultados fossem divulgados pelo INEP, com destaque para o município Santana do Maranhão, cujo percentual de escolas com IDEB divulgado foi de 23,1%. As escolas que mais se destacaram foram: a Escola Municipal (E.M.) São Francisco, E.M. Castro Alves e a E.M. Santa Terezinha. No entanto, o município Marajá do Sena foi aquele em que o número de escolas com IDEB divulgado foi o menor. Apenas uma escola atendeu aos requisitos para que o INEP divulgasse seu resultado, a Unidade Escolar Teixeira Santos.

Destaca-se que o desempenho das escolas no IDEB, deve-se às respectivas notas na Prova Brasil, conforme a metodologia de avaliação do índice, que é composta pela média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, o nível de qualidade educacional segundo o INEP, leva em consideração a taxa de aprovação. Portanto, cabe às autoridades competentes, identificar as principais deficiências dos alunos no que tange aos resultados não satisfatórios, isto é, não atenderam aos requisitos necessários para que seus resultados fossem divulgados pelo INEP. Políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade de ensino, como salas de aula adequadas, bem equipadas, professores qualificados e material didático de qualidade podem fazer a diferença no desempenho escolar dos alunos.

1.2.2 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

No que tange ao ENEM, apenas a escola C.E. Vereadora Neide Costa, localizada no município Água Doce do Maranhão, atendeu aos requisitos estabelecidos pelo INEP para ter o resultado divulgado. Os alunos da escola em destaque obtiveram melhor pontuação na prova de Ciências Humanas (478,1). O menor desempenho foi na prova de Ciências da Natureza (430,9). No entanto, na Redação (456,2), cujo peso é significativo, o desempenho foi superior à média das provas objetivas (446,9).

Apesar do contingente de alunos no Ensino Médio, o INEP não divulgou o resultado do desempenho médio do ENEM de nenhuma das escolas dos demais municípios analisados. Situação preocupante, posto que sinaliza baixa taxa de participação no ENEM dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. Nesse sentido, é preciso avaliar os motivos relacionados ao desinteresse dos alunos concluintes do Ensino Médio no Município em competir no acesso ao Ensino Superior Público, com o intuito de gerar mecanismos de estímulo para o avanço na formação educacional.

Apesar desses resultados negativos, existem projetos em andamento, como por exemplo, o Projeto Mais Extensão Universitária[3] da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cujo objetivo é levar a extensão aos municípios de menor IDH do Estado do Maranhão, de acordo com o preconizado pelo Programa Nacional de Extensão, em consonância com as diretrizes do Programa Mais IDH do Governo do Estado do Maranhão.

[3] Mais detalhes sobre o projeto, ver: http://www.proexae.uema.br/2015/06/projeto-mais-extensao-universitaria-segue-seu-cronograma-de-visitas-tecnicas/

1.3 Matrículas em relação às funções docentes

Neste diagnóstico, tratou-se de investigar o quantitativo de alunos por função docente, isto é, em cada escola dos municípios analisados, calculou-se a média. De acordo com dados da SEDUC/MA, no Maranhão a quantidade de matrículas e funções docentes em 2014 era de 2,1 milhões e de 114,9 mil, respectivamente, o que resulta na média 18,3 alunos por professor.

Em 72,5% das 1.452 escolas dos 30 municípios analisados, a relação matrículas por funções docentes é menor ou igual à média do Estado e apenas 1,5% das escolas apresentam mais de 40 matrículas por função docente. Tratando-se da quantidade de matrículas/docente por etapa de ensino, o município que apresentou a maior média foi Marajá do Sena, na Educação Infantil, especificamente na Creche, com 31 matrículas/docente. Portanto, como se trata de uma média, pode haver grande discrepância de uma escola para outra, como no caso do município Jenipapo dos Vieiras, cuja média de matrículas por função docente variou de 3,7 a 88,5, na Escola Indígena Antônio Mariano e na Escola Indígena José Maria Cabral, respectivamente.

No tocante à qualificação do corpo docente dos 30 municípios avaliados, verificou-se maior incidência de docentes com curso normal/magistério (45,9%). Destaca-se que os municípios que possuem ensino direcionado ao público indígena[4] e respectiva quantidade de docentes que possuem curso Normal/Magistério específico Indígena, são: Afonso Cunha, Araioses, Brejo de Areia, Conceição do Lago-Açu, Santo Amaro do Maranhão, São João do Carú e Satubinha, ambos com um docente; Milagres do Maranhão, Pedro do Rosário e Centro Novo do Maranhão com dois, cinco e seis docentes, respectivamente. Os municípios que possuem o maior número de docentes com o referido curso são: Arame, Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras, com 10, 12 e 25 docentes, respectivamente. Destaca-se que o município Jenipapo dos Vieiras possui 57 escolas que oferecem educação indígena.

[4]De acordo com o MEC, as principais ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação para garantir a oferta de educação escolar indígena de qualidade são as seguintes: i) Formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena). Esses cursos têm em média a duração de cinco anos e são compostos, em sua maioria, por etapas intensivas de ensino presencial (quando os professores indígenas deixam suas aldeias e, durante um mês, participam de atividades conjuntas em um centro de formação) e etapas de estudos autônomos, pesquisas e reflexão sobre a prática pedagógica nas aldeias. O MEC oferece apoio técnico e financeiro à realização dos cursos; ii) Formação de Professores Indígenas em Nivel Superior (licenciaturas interculturais). O objetivo principal é garantir educação escolar de qualidade e ampliar a oferta das quatro séries finais do ensino fundamental, além de implantar o ensino médio em terras indígenas; iii) Produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português. Livros, cartazes, vídeos, CDs, DVDs e outros materiais produzidos pelos professores indígenas são editados com o apoio financeiro do MEC e distribuídos às escolas indígenas; iv) Apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas; v) Promoção do Controle Social Indígena. O MEC desenvolve, em articulação com a Funai, cursos de formação para que professores e lideranças indígenas conheçam seus direitos e exerçam o controle social sobre os mecanismos de financiamento da educação pública, bem como sobre a execução das ações e programas em apoio à educação escolar indígena; vi) Apoio financeiro à construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas. Disponível em http://portal.mec.gov.br/educacao-indigena Acesso em: 20 out. 2015.

Em relação aos docentes que concluíram ou ainda estão concluindo o ensino superior, o percentual observado foi de 41,5%, sendo 928 o número de docentes que ainda estão em processo de conclusão e 3.491 os que já concluíram. Destaca-se, portanto, a importância de investimentos públicos na formação dos docentes e de criação de incentivos para que os mesmos busquem continuamente capacitação pedagógica, como forma de elevar a qualidade do ensino. Como forma de elevar a qualificação dos docentes, pode-se contar como o Programa de Qualificação de Docentes – PQD por meio da UEMA, que propicia a formação (inicial e continuada) de professores que ainda não tinham tido acesso ao Ensino Superior. Atendendo aos requisitos para o acesso ao programa, apenas "docentes" atuantes nas redes de ensino do Maranhão e demais estados das regiões Norte e Nordeste, prevendo:

- Qualificar docentes das redes públicas e particular de ensino, visando atender à demanda de pessoal com formação adequada para os níveis do Ensino Fundamental e Médio;
- Promover cursos de Licenciatura Plena, mediante a celebração de convênios com órgãos estaduais, municipais e particulares, incluindo-se organizações da sociedade civil;
- Ministrar cursos de Licenciatura Plena em localidades próximas às escolas de exercício profissional dos alunos/docentes do PQD/UEMA;
- Estimular a valorização dos docentes por meio da qualificação profissional, em cursos de Nível Superior.

Além da formação continuada, outro fator que pode contribuir na melhoria do ensino nos Municípios, é a construção de um plano de carreira para os docentes. Entende-se que professores concursados dispõem de vários benefícios, horizonte profissional melhor definido, por conseguinte, possuem maior estímulo para o exercício da profissão.

1.4 Funções docentes por infraestrutura precária da escola

Este trabalho tratou de investigar, além dos indicadores qualitativos referentes à educação, a situação física das escolas, isto é, a infraestrutura que essas escolas oferecem aos seus alunos e servidores.

Com o intuito de mensurar a quantidade de escolas sem o acesso adequado a esses serviços básicos, utilizou-se os seguintes parâmetros: i) considerou abastecimento de água inadequado, toda a escola que não tinha abastecimento de água ou cuja forma de abastecimento era por rio, fonte, igarapé, riacho, córrego; ii) estabeleceu-se com esgoto sanitário inadequado, todas as escolas sem esgotamento sanitário; iii) foi considerado fornecimento de energia inadequado, toda escola sem energia elétrica; iv) destinação de resíduos sólidos inadequados, todas as escolas sem coleta periódica ou destinação para a reciclagem; e v) local de funcionamento inadequado as escolas que funcionam em galpão, rancho paiol, barracão.

Dentre os indicadores citados, verificou-se que, das escolas dos 30 municípios analisados, apenas 18,3%[5] das que se situam na Zona Rural não possuem abastecimento de água adequado. Ressalta-se que em alguns municípios, esse percentual foi superior a 50%, como por exemplo: Milagres do Maranhão (63,2%), Pedro do Rosário (62,9%), Araioses (62,9%) e Fernando Falcão (55,3%), conforme a **Tabela 4.**

[5] Destaca-se que, ao considerar o percentual médio dos 30 municípios analisados, considerar também, a existência do desvio padrão, pois ainda que este não seja citado ao longo das análises, deve-se levá-lo em consideração, pois há discrepâncias entre os percentuais dos municípios e o percentual da média dos 30 municípios.

Tabela 4 – Percentual de escolas dos 30 municípios com menor IDHM-E do Estado que não possuem serviços básicos adequados, segundo dependência administrativa

Municípios	Abastecimento de Água				Esgoto sanitário				Destino do lixo				Fornecimento de energia				Local de funcionamento			
	Estadual		Municipal		Estadual		Municipal		Estadual		Municipal		Estadual		Municipal		Estadual		Municipal	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Afonso Cunha	N/D	-	-	-	-	-	61,1	-	-	20,0	100,0	40,0	-	-	-	-	-	-	50,0	-
Água Doce do Maranhão	-	-	36,0	12,5	-	-	4,0	-	4,0	12,5	92,0	-	-	-	-	-	-	-	8,0	-
Aldeias Altas	N/D	-	31,6	-	-	-	56,1	-	-	-	98,2	8,3	-	-	10,5	-	-	-	15,8	-
Amapá do Maranhão	N/D	-	-	-	-	-	-	-	-	12,5	100,0	37,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Araioses	-	-	62,9	-	-	-	4,3	-	2,9	15,4	84,3	7,7	-	-	4,3	-	-	-	-	-
Arame	7,0	-	8,8	-	24,6	-	26,3	-	29,8	-	69,3	-	2,6	-	6,1	-	17,5	-	14,0	-
Belágua	-	-	21,4	-	-	-	32,1	-	7,1	16,7	92,9	83,3	-	-	3,6	-	-	-	17,9	-
Brejo de Areia	-	-	-	-	-	-	17,9	-	3,6	25,0	96,4	75,0	-	-	17,9	-	-	-	14,3	-
Cajari	-	-	14,0	14,3	1,8	-	29,8	-	1,8	28,6	98,2	-	-	-	1,8	-	-	-	7,0	-
Centro Novo do Maranhão	2,0	-	10,0	10,0	4,0	-	14,0	-	12,0	10,0	78,0	10,0	-	-	2,0	-	4,0	-	4,0	-
Conceição do Lago-Açu	N/D	-	-	-	-	-	50,0	-	-	-	97,2	16,7	-	-	8,3	-	-	-	44,4	-
Fernando Falcão	2,6	-	55,3	-	5,3	-	55,3	-	7,9	-	86,8	-	-	-	13,2	-	2,6	-	23,7	-
Governador Newton Bello	N/D	-	-	-	-	-	38,5	-	-	14,3	100,0	28,6	-	-	23,1	-	-	-	25,6	-
Itaipava do Grajaú	2,6	-	7,9	-	26,3	-	21,1	-	15,8	-	65,8	25,0	5,3	-	2,6	-	7,9	-	5,3	-
Jenipapo dos Vieiras	17,0	-	1,1	-	43,2	-	4,5	-	68,2	20,0	30,7	-	5,7	-	-	-	31,8	-	1,1	-
Lagoa Grande do Maranhão	-	-	7,7	-	-	-	11,5	-	3,8	-	88,5	20,0	-	-	-	-	-	-	3,8	-
Marajá do Sena	N/D	-	17,3	-	-	-	53,8	-	-	-	100,0	-	-	-	46,2	-	-	-	26,9	-
Milagres do Maranhão	N/D	-	63,2	-	-	-	-	-	-	-	100,0	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro do Rosário	-	-	62,9	14,3	-	-	64,9	-	4,1	-	95,9	-	-	-	6,2	-	-	-	18,6	-
Primeira Cruz	-	-	2,0	-	-	-	17,6	-	-	-	98,0	-	-	-	13,7	-	-	-	7,8	-
Santa Filomena do Maranhão	-	-	-	-	-	-	11,8	-	-	-	100,0	20,0	-	-	5,9	-	-	-	17,6	-
Santana do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	4,8	-	90,5	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Amaro do Maranhão	N/D	-	-	-	-	-	24,4	-	-	14,3	100,0	28,6	-	-	8,9	-	-	-	2,2	14,3
São Francisco do Maranhão	-	-	9,5	-	-	-	52,4	-	2,4	33,3	90,5	-	-	-	47,6	-	-	-	14,3	-
São João do Carú	-	-	-	-	-	-	11,1	-	5,6	-	92,6	28,6	-	-	51,9	-	-	-	48,1	-
São João do Soter	-	-	1,7	-	-	-	1,7	-	-	-	96,6	50,0	-	-	6,9	-	-	-	17,2	-
São Raimundo do Doca Bezerra	-	-	7,7	-	-	-	46,2	-	-	-	69,2	-	-	-	-	-	-	-	15,4	-
São Roberto	N/D	-	25,0	-	-	-	41,7	-	-	-	100,0	20,0	-	-	16,7	-	-	-	16,7	-
Satubinha	N/D	-	-	-	-	-	15,8	-	-	-	100,0	20,0	-	-	-	-	-	-	5,3	-
Serrano do Maranhão	-	-	33,3	-	-	-	48,5	-	3,0	14,3	97,0	42,9	-	-	21,2	-	-	-	15,2	-
Média dos 30 municípios	**2,1**	**-**	**18,3**	**2,0**	**6,4**	**-**	**28,3**	**-**	**10,1**	**7,7**	**86,5**	**19,4**	**0,8**	**-**	**11,5**	**-**	**4,3**	**-**	**14,5**	**0,5**

Fonte: SEDUC/MA
N/D: Não Disponível

No tocante ao Esgotamento Sanitário Inadequado, as escolas municipais da Zona Rural, observou-se que 28,3% delas não possuem esse serviço. Em sete municípios, esse percentual foi igual ou superior a 50%, como por exemplo: Pedro do Rosário (64,9%), Afonso Cunha (61,1%), Aldeias Altas (56,1%), Fernando Falcão (55,3%), Marajá do Sena (53,8%), São Francisco do Maranhão (52,4%) e Conceição do Lago-Açu (50,0%).

O maior percentual observado, isto é, o mais crítico de todos é aquele referente ao Destino Inadequado do Lixo, cujo percentual médio foi de 86,5% em relação às escolas municipais da Zona Rural. Observou-se que em nove municípios, o percentual de Destino do Lixo Inadequado foi de 100%. Tais escolas estão situadas nos seguintes municípios: Afonso Cunha, Amapá do Maranhão, Governador Newton Bello, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Santa Filomena do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Roberto e Satubinha.

No que tange ao fornecimento de Energia Elétrica Inadequado, o percentual médio de escolas, especialmente as da esfera municipal da Zona Rural, foi o menor (11,5%). Destaca-se que apenas em São João do Carú, o percentual ultrapassou 50,0% e em dois municípios, os percentuais verificados ficaram bem próximos do percentual citado: São Francisco do Maranhão (47,6%) e Marajá do Sena (46,2%). Em termos gerais, isso indica que o Estado tem se esforçado para levar energia elétrica a todos os municípios, especialmente para a Zona Rural.

No tocante ao Local de Funcionamento Inadequado, verificou-se que, das escolas dos 30 municípios analisados, especialmente em relação às escolas municipais da Zona Rural, 14,5% funcionam em galpão, rancho paiol, barracão. Em Afonso Cunha, 50,0% das escolas funcionam em locais inadequados e em São João do Carú, o percentual é de 48,1% das escolas municipais da Zona Rural. Com o intuito de melhorar o espaço físico das escolas, o Governo do Estado do Maranhão criou o programa Escola Digna, cujo objetivo é substituir as escolas de taipa, barro e palha existentes em todo o estado por estruturas de alvenaria.

Além da importância do espaço construído, outros fatores que influenciam no desenvolvimento didático dos alunos e no ambiente de trabalho dos docentes são as dependências escolares relacionadas à pesquisa, esporte, alimentação e serviços sanitários, bem como condições de acessibilidade universal[6].

Quanto a esses indicadores, assim como nos indicadores citados acima, existe maior deficiência em relação às escolas municipais da Zona Rural. No tocante à atividades de lazer e esporte, por exemplo, existe carência em 65,7% nas escolas municipais da Zona Rural e em 26,5% das escolas municipais da Zona Urbana. Destaca-se que em 22 municípios, esse percentual foi maior que 50,0%.

[6]Tais dependências, são: i) Lazer e esporte - composta por Quadra de Esporte, Parque Infantil, Pátio e Área Verde; ii) Atividades de pesquisa, leitura e entretenimento - composta por Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Auditório e Sala de Leitura; iii) Banheiro; iv) Cozinha; v) Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; e vi) Outras - composta por Sala de professores, Diretoria, Secretária, Refeitório, Despensa, Almoxarifado, Lavanderia, etc. Tais dependências podem refletir em fatores tão diversos como a sociabilidade dos usuários, seu desempenho escolar e mesmo em sua saúde.

No que concerne às atividades de pesquisa, leitura e entretenimento, em 78,0% das escolas municipais da Zona Rural e 36,2% da Zona Urbana, não possuem ambientes para esse tipo de atividade. Destaca-se que em 27 municípios, o percentual da Zona Rural foi maior que 50,0%. Quanto à dependências e vias adequadas para os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, em 87,3% das escolas municipais da Zona Rural, não possuem essas dependências, já nas escolas da Zona Urbana, existe ausência dessas dependências em 64,8% delas. O menor percentual observado foi no município Jenipapo dos Vieiras (30,7%). Nesse sentido, se faz necessário melhorar esse indicador, pois todos os portadores de necessidades especiais têm direito de frequentar escola, garantir a acessibilidade no espaço escolar é primordial, pois gera estímulo para que esse aluno venha a frequentar a escola.

Considerações Finais

De modo geral, os indicadores educacionais ainda precisam avançar bastante para que os municípios e, consequentemente, o Estado, consigam alcançar melhor desempenho na escala de desenvolvimento humano. Para tanto, o papel do Estado a partir dos programas sociais específicos, como por exemplo o Escola Digna, visa atingir esses objetivos. Elevar o nível de instrução nos municípios do programa contribuirá significativamente para ampliar o desenvolvimento socioeconômico do estado, posto que os programas, com o intuito de propiciar maior desenvolvimento humano na dimensão educação, produzirão externalidades positivas nas dimensões longevidade e renda.

REFERÊNCIAS

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil 2013: metodologia. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http//www.pnud.org.br/arquivos/metodoliaidhm.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Censo escolar 2014.

_____. Ministério da Educação - MEC. **Educação indígena**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-indigena> Acesso em: 06 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados – SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/ >. Acesso em: 14 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Cálculo das taxas de rendimento escolar: censo da educação básica 2010.** Nota técnica 004/2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/nota_tecnica_indicadores_rendimento_2010.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.

_____. **Índice de desenvolvimento da educação básica.** Nota Técnica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.

_____. **Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**. Nota Técnica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação – MEC. **Informe estatístico 2013:** unidades regionais e municípios. São Luís, 2014.

_____. **Informe estatístico 2014**: unidades regionais e municípios. São Luís, 2015.

TÔRRES, A. M. S. Tôrres, Antônia Márcia Sousa. **Os impactos do programa de qualificação docente – PQD/UEMA na formação de professores no Maranhão.** 2013. 151f. Dissertação (Faculdade de Educação) - Universidade Federal Fluminense.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. **Projeto mais extensão universitária segue seu cronograma de visitas técnicas.** Disponível em: <http://www.proexae.uema.br/2015/06/projeto-mais-extensao-universitaria-segue-seu-cronograma-de-visitas-tecnicas/> Acesso em: 15 out. 2015.

Renda



4.Renda

Introdução

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda – IDHM-R é uma das três dimensões que formam o IDHM, e é composto pelo indicador renda mensal *per capita* .[1]

Gráfico 1 - IDHM-R do Maranhão e dos 30 Municípios integrantes do Plano Mais IDH



Os 30 munícipios com menor IDHM-R apresentam, em média, o índice de 0,471, sendo que 13 municípios estão abaixo desse valor: Marajá do Sena (0,400), Belágua (0,417), Fernando Falcão (0,417), Serrano do Maranhão (0,440), Jenipapo dos Vieiras (0,445), Santana do Maranhão (0445), Primeira Cruz (0,448), Satubinha (0,450), Santo Amaro do Maranhão (0,454), Cajari (0,456), Santa Filomena do Maranhão (0,461) Milagres do Maranhão (0,465).

Dentre os 30 municípios com menor IDHM, 18 deles também estão entre os muncípios com menor IDHM-R, com destaque para Marajá do Sena e Fernando Falcão que ocupam os primeiros luagares tanto no ranking do IDHM como no IDHM-R.

Fonte: IMESC, 2015.

[1]Renda em R$ e tomado como referência o mês de agosto de 2010, data de realização do CENSO 2010.

Para caracterizar esse baixo nível de renda, foram levantadas informações sobre os 30 municípios, tanto secundárias, por meio de sites oficiais, como primárias, através de pesquisas *in loco*. As informações foram sistematizadas em três seções: Extrema Pobreza e Benefícios Sociais; Trabalho e Renda; Produção Agropecuária e Comercialização.

2. Extrema Pobreza e Benefícios Sociais

Os 30 municípios com menor IDHM do Maranhão concentram 6,2% da população do Estado, mas possuem 10,4% do total da população extremamente pobre maranhense, mostrando a alta concentração de pessoas vulneráveis nesses municípios. Em média, 45,8% da população desses municípios se encontra na situação de extrema pobreza[2], com destaques para Marajá do Sena (66,7%), Belágua (60,2%), Jenipapo dos Vieiras (55,7%), Primeira Cruz (55,6%), Santo Amaro do Maranhão (54,3%), Lagoa Grande do Maranhão (52,3%), Santa Filomena do Maranhão (51,9%), Serrano do Maranhão (51,8%), Fernando Falcão (51,8%) e Cajari (50,7%), com mais de 50% da sua população nessa condição. Apenas Araioses (11,3%) tem um percentual de extremamente pobres inferior ao registrado no Estado (25,7%). A maior parte dessa população encontra-se na zona rural dos municípios, uma vez que em média, 76% dos extremamente pobres dos 30 municípios moram no campo. Ademais, em muitos casos, os setores censitários com maior aglomerado de extremamente pobres são áreas de Projetos de Assentamentos Federais – PA, Projetos de Assentamentos Estaduais - PE e Terras Indígenas.

Nesses 30 municípios, um total de 98.859 famílias (6,4% do total de famílias cadastradas no Estado) estão registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e 74.306 famílias (7,5% de famílias beneficiárias do Maranhão) estão cadastradas no Programa Bolsa Família - PBF[3]. De acordo com informações coletadas pela Secretaria Adjunta de Renda da Cidadania da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SENARC/-SEDES (em março de 2015), em muitos municípios há famílias com perfil Bolsa Família que não são atendidas. Ainda de acordo com a SENARC/SEDES, muitos beneficiários do PBF realizam o saque do benefício em municípios vizinhos, devido à falta ou à má qualidade de atendimento da agência local responsável pelo repasse, como por exemplo, a insuficiência de dinheiro para atender toda a demanda.

[2] Considerou-se a linha de pobreza de R$ 70, adotada no Censo Demográfico 2010. Em dezembro de 2014, o valor da linha de extrema pobreza foi atualizado para R$ 77.

[3] O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.
Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa: i) Todas as famílias com renda por pessoa de até R$ 77 mensais; ii) Famílias com renda por pessoa entre R$ 77,01 e R$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. (MDS, 2015).

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada - BPC[4], há apenas 3.957 cadastros nos municípios componentes do Mais IDH, sendo 1.515 idosos e 2.442 pessoas com deficiência. Esses registros representam 2,1% do total de beneficiários do Estado. Em se tratando do BPC idosos, apesar dos 30 municípios juntos perfazerem 5,7% da população idosa do Estado, o BPC idosos desses municípios representa apenas 1,7% do total do Estado. Esse dado permite inferir que há no conjunto dos municípios elencados um expressivo contingente de pessoas elegíveis que ainda não tem acesso ao benefício.

[4] O Benefício de Prestação Continuada - BPC assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, membro de família com renda mensal familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo vigente. Para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (MDS, 2015).

Quadro 1 - Alguns indicadores de Pobreza e Benefício Sociais para os 30 municípios que compõem o Programa Mais IDH

Município	EXTREMA POBREZA E BENEFÍCIOS SOCIAIS																
	População			Extremamente pobres				Famílias		Pessoas				Valores (R$)			
	Total	Urbano	Rural	Total	Total (%)	Urbano (%)	Rural (%)	Cad Único	PBF	60 anos ou +	BPC	BPC Idosos	BPC Deficientes	BF	BPC	BPC Idosos	BPC Deficientes
Maranhão	**6.574.789**	**4.149.092**	**2.425.697**	**1.691.095**	25,7	**37,1**	**62,9**	**1.546.235**	**985.136**	**567.657**	**192.958**	**89.683**	**103.275**	**2.176.773.672**	**1.511.975.274**	**711.973.728**	**800.001.546**
Afonso Cunha	5.905	2.671	3.234	2.742	46,4	36,9	63,1	1632	1.106	442	209	123	86	1.248.942	492.500	290.772	201.728
Água Doce do MA	11.581	8.448	3.133	4.197	36,2	14,5	85,5	3252	2.240	1.208	14	6	8	2.131.253	33.096	14.184	18.912
Aldeias Altas	23.952	10.318	13.634	10.222	42,7	38,5	61,5	5633	4.120	2.012	313	128	185	3.623.114	740.699	302.571	438.128
Amapá do MA	6.431	1.590	4.841	2.651	41,2	32,9	67,1	1703	1.246	459	40	11	29	1.200.407	95.348	26.004	69.344
Araioses	42.505	30.460	12.045	4.787	11,3	17,4	82,6	9976	7.768	955	508	174	334	8.652.232	1.203.276	411.336	791.940
Arame	31.702	19.151	12.551	15.563	49,1	24,2	75,8	5926	4.600	2.209	482	181	301	3.759.080	1.134.337	428.672	705.665
Belágua	6.524	3.261	3.263	3.926	60,2	43,8	56,2	1.935	1.281	965	77	24	53	1.953.831	179.664	57.524	122.140
Brejo de Areia	5.577	2.724	2.853	1.716	30,8	40,5	59,5	1.443	896	380	72	14	58	1.108.528	168.632	33.096	135.536
Cajari	18.338	14.054	4.284	9.296	50,7	12,7	87,3	5.000	3.999	1.446	165	45	120	5.233.021	389.272	106.380	282.892
Centro Novo do MA	17.622	12.100	5.522	6.394	36,3	33,5	66,5	4.300	3.238	998	103	35	68	3.787.611	240.340	83.528	156.812
Conceição do Lago-Açu	14.436	7.567	6.869	5.961	41,3	34,6	65,4	3.928	2.876	1.116	104	24	80	3.477.079	243.492	55.948	187.544
Fernando Falcão	9.241	7.735	1.506	4.787	51,8	12,0	88,0	2.336	1.832	674	65	7	58	2.294.444	153.660	16.548	137.112
Gov. Newton Bello	11.921	7.630	4.291	4.485	37,6	21,2	78,8	2.631	1.996	4.462	194	72	122	1.644.956	462.556	171.784	290.772
Itaipava do Grajaú	14.297	10.001	4.296	6.978	48,8	20,4	79,6	3.231	2.622	920	144	62	82	3.302.895	337.264	146.568	190.696
Jenipapo dos Vieiras	15.440	12.921	2.519	8.605	55,7	4,7	95,3	3.749	2.741	1.190	121	22	99	2.994.425	286.044	52.008	234.036
Lagoa Grande do MA	10.517	5.018	5.499	5.497	52,3	40,4	59,6	2.782	1.922	732	68	16	52	1.933.416	160.752	37.824	122.928
Marajá do Sena	8.051	6.893	1.158	5.367	66,7	8,0	92,0	1.911	1.512	369	11	2	9	1.260.388	26.004	4.728	21.276
Milagres do Maranhão	8.118	6.358	1.760	3.783	46,6	13,9	86,1	1.788	1.520	648	122	94	28	1.861.958	289.984	223.004	66.980
Pedro do Rosário	22.732	16.842	5.890	11.194	49,2	16,7	83,3	5.719	4.639	422	187	107	80	5.342.399	437.340	251.372	185.968
Primeira Cruz	13.954	9.665	4.289	7.752	55,6	23,3	76,7	2.824	2.226	381	103	31	72	2.437.279	241.128	71.708	169.420
Santa Filomena do MA	7.061	4.768	2.293	3.663	51,9	24,4	75,6	1.763	1.278	553	61	8	53	1.150.242	144.204	18.912	125.292
Santana do Maranhão	11.661	9.819	1.842	4.787	41,1	9,8	90,2	2.347	1.840	1.078	12	2	10	3.225.873	28.368	4.728	23.640
Santo Amaro do MA	13.820	10.190	3.630	7.504	54,3	14,0	86,0	2.914	2.256	994	45	18	27	2.402.118	102.440	42.552	59.888
São Francisco do MA	12.146	8.042	4.104	5.644	46,5	16,0	84,0	3.558	2.250	1.473	104	22	82	2.952.180	245.856	52.008	193.848
São João do Carú	12.309	5.986	6.323	4.832	39,3	12,0	63,2	3.097	2.220	798	292	135	157	2.593.569	688.712	319.928	368.784
São João do Soter	17.238	6.646	10.592	7.309	42,4	26,6	73,4	4.507	3.252	1.805	105	54	51	3.893.592	245.856	126.080	119.776
São R^{do} do Doca Bezerra	6.090	4.359	1.731	2.681	44,0	18,3	81,7	1.654	1.221	480	-	-	-	1.637.515	-	-	-
São Roberto	5.957	3.112	2.845	2.499	42,0	36,1	63,9	1.511	1.182	1.706	16	5	11	1.569.968	37.824	11.820	26.004
Satubinha	11.990	8.356	3.634	5.949	49,6	20,3	79,7	2.386	1.800	833	125	57	68	1.728.714	297.864	136.324	161.540
Serrano do Maranhão	10.940	6.713	4.227	5.670	51,8	28,8	71,2	3.423	2.627	928	95	36	59	3.152.090	222.216	85.104	137.112

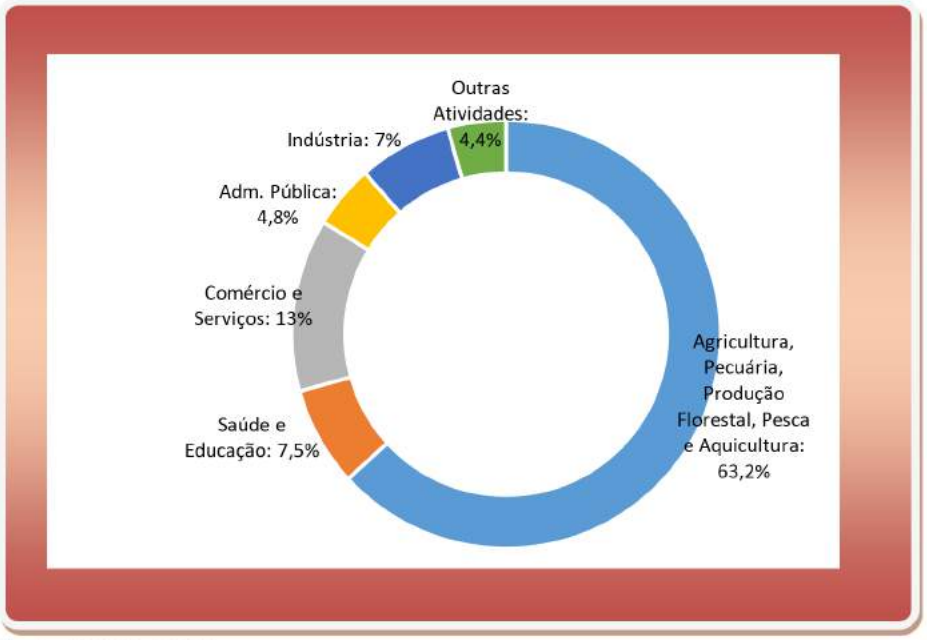
Fonte: IBGE, MDS.

3. Trabalho e Renda

A Taxa de Ocupação[5] média dos 30 municípios integrantes do Mais IDH, de acordo com dados do Censo 2010, era de 92,6%, maior que a registrada no Estado (91,3%). Em todos os 30 municípios do Plano, há uma parcela significativa da população ocupada em atividades agropecuárias, de produção florestal, pesca e aquicultura - em média, 63,2% da População Ocupada – POC, percentual bem superior ao registrado no Estado (31,8%). Tal percentual ultrapassa 70% nos seguintes municípios: Fernando Falcão (85,7%), Jenipapo dos Vieiras (76,3%), Satubinha (75,6%), Marajá do Sena (75,5%), Serrano do Maranhão (73,5%), Cajari (72,1%), Santa Filomena do Maranhão (71,1%), Belágua (70,8%) e Lagoa Grande do Maranhão (70,4%). No setor Comércio e Serviços a Taxa de Ocupação média é de 13% e da Indústria é de 7%. **(Gráfico 2)**

O predomínio absoluto de atividades Agropecuárias, de Produção Florestal, Pesca e Aquicultura seguidas de longe pelo comércio e serviços aponta para um dos maiores desafios no que tange à geração de renda nos municípios elencados – a baixa produtividade e o quase ausente estímulo à inovação, dois fatores que explicam a persistência da pobreza e da extrema pobreza nos territórios elencados.

Gráfico 2 – População Ocupada por Subsetor de Atividade (Percentual), 30 Municípios integrantes do Mais IDH - 2010

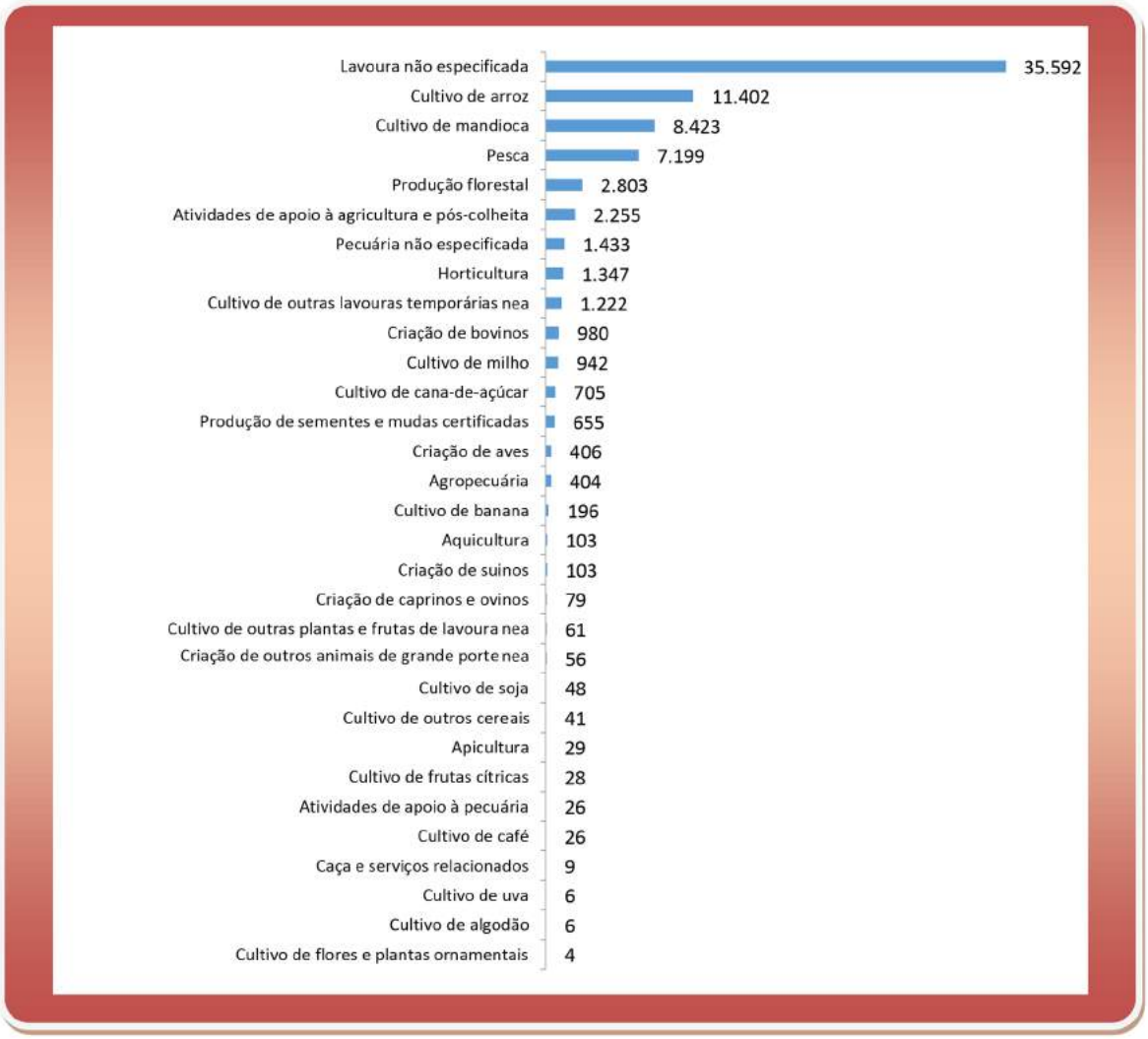


Fonte: IBGE, 2010.

[5] Taxa de Ocupação: População Ocupada em relação à População Economicamente Ativa (IBGE, 2015). Para identificar a atividade em que o indivíduo está ocupado, a metodologia da pesquisa considera o trabalho principal. E por trabalho principal, a atividade com maior rentabilidade.

As Atividades Agropecuárias, de Produção Florestal, Pesca e Aquicultura ocupam 76.595 pessoas nos 30 municípios com menor IDHM. As principais atividades são: lavoura não especificada (35.592 ocupações), cultivo de arroz (11.402), cultivo de mandioca (8.423), Pesca (7.199), Produção Florestal (2.803) e Atividades de apoio à agricultura e pós-colheita (2.255). (Gráfico 3).

Gráfico 3 – População Ocupada na Agropecuárias, de Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Total) – 30 Municípios integrantes do Mais IDH- 2010



Fonte: IBGE, 2010 nea: não especificado anteriormente

Em se tratando de emprego formal, os 30 municípios com menor IDHM representam apenas 1,8% do total de registros no Estado do Maranhão (MTE, 2014), este dado demonstra o grau de precarização do mercado de trabalho, pois apenas 11% (13.558) da população ocupada no conjunto dos municípios encontram-se no mercado formal, em comparação a uma média de 31,3% no Estado.

Em decorrência do baixo índice de formalização, tem-se uma baixa capacidade de geração de renda nesses municípios. Isso pode ser observado pelos dados fiscais, que mostram o grau de dependência em relação às Receitas Transferidas que é, em média, 91,9% do total das receitas dos municípios elencados, percentual bem superior ao registrado no Estado do Maranhão (50%).

A desagregação da massa de rendimentos mostra que, em média, 55,1% do fluxo de renda anual dos 30 municípios advêm da remuneração do Trabalho, valor abaixo do observado no Estado do Maranhão (71,8%). Além disso, nos municípios, 42,9%, em média, da renda anual é proveniente de Transferências ou Aposentadorias, enquanto no Estado do Maranhão essa participação é de 24,6%. Em oito municípios, a renda proveniente das Transferências ou Aposentadorias representa mais de 50% da massa de rendimentos anual, sendo eles: Santana do Maranhão (63,9%), Fernando Falcão (62,4%), São Francisco do Maranhão (57,2%), Primeira Cruz (57,2%), Serrano do Maranhão (56,4%), Santa Filomena do Maranhão (54,5%), Cajari (52%) e Milagres do Maranhão (50,6%)

No ano de 2014, o montante de recursos provenientes da aposentadoria alcançou a cifra de R$ 277,3 milhões nos 30 municípios, o que equivale 12,3% do Produto Interno Bruto – PIB desses municípios. A aposentadoria rural tem maior representatividade, com um volume de R$ 228,3 milhões (10,2% PIB), relativamente à Aposentadoria Urbana, com R$ 48,9 milhões (2,1%). Destaca-se os municípios de São Francisco do Maranhão (35,8% PIB) e Araioses (25,3% PIB) com peso significativo da aposentadoria, quando comparado com o valor do PIB.

No que se refere ao Programa Bolsa Família, um montante de R$ 188,4 milhões foi transferido para os beneficiários dos municípios do Plano de Ação do Mais IDH, no ano de 2014. Esse valor representou, em média, 8,4% do PIB do conjunto dos municípios, com destaque para São Francisco do Maranhão (14,2% PIB), Serrano do Maranhão (14,1% PIB), Itaipava do Grajaú (13,2% PIB), São Raimundo do Doca Bezerra (12,5%), Cajari (11,5% PIB), São João do Soter (11% PIB), Pedro do Rosário (10,7% PIB) e Araioses (10,2% PIB) cujas transferências do Bolsa Família representam mais de 10% do PIB.

4. Produção Agropecuária e Comercialização

No levantamento da produção agrícola dos 30 municípios, realizado por meio de questionários aplicados junto aos gestores municipais, nota-se a predominância do cultivo dos produtos da agricultura familiar. Mais da metade dos municípios (16) declarou ter dentre as principais culturas o arroz, feijão, milho e mandioca.

A pecuária bovina também se mostrou expressiva nos municípios integrantes do Mais IDH. Os secretários de agricultura de 23 municípios entrevistados afirmaram que a pecuária bovina se encontra em processo de expansão, substituindo áreas antes destinadas à agricultura. Conforme as Secretarias de Agricultura, em 16 municípios, a Pesca e a Piscicultura foram apontadas como vocação econômica local, enquanto em 15 municípios os técnicos e gestores confirmaram a existência de atividade significativa na área da Hortifruticultura.

Todos os municípios cultivam algum produto destinado à comercialização para municípios vizinhos e, em alguns casos, para outros Estados (Pará, Ceará, Piauí e Bahia). O município de Jenipapo dos Vieiras, por exemplo, exporta gado em pé, tomate, melancia e banana para o Estado da Bahia; Água Doce do Maranhão exporta camarão para o Pará; Araioses exporta castanha para o Piauí e Ceará.

Com exceção de Milagres do Maranhão, todos também afirmaram receber algum tipo de assistência técnica para determinados produtos (seja particular, seja oriunda da Prefeitura ou do Estado, por meio da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão – AGERP).

Em se tratando da Comercialização, sete entrevistados declaram não ter Mercado Público em seus respectivos municípios e em nove não há realização de feiras. A falta de estruturas para comercialização é uma das principais causas da baixa circulação monetária local. O centro comercial da maioria dos 30 municípios é pequeno, contando com poucos estabelecimentos comerciais. Nos municípios em que há Mercado Público, as estruturas são pequenas e, na maioria dos casos, sucateadas. As feiras acontecem semanalmente, predominando feiras itinerantes de confecções e utensílios domésticos. Em apenas 13 municípios há realização de feira com produtos da Agricultura familiar.

Um total de 20 municípios afirmou ter aderido ao Programa de Aquisição de Alimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – PAA/MDS (18 municípios, sendo que 3 estão em processo de adesão) e/ou ao PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – PAA/Conab (13, sendo que 5 estão em processo de adesão ou paralisados). Muitos secretários de agricultura relataram a dificuldade em atender às normas da Conab, por isso, muitos PAA/Conab estão em processo de implantação ou paralisados. Todos os 30 municípios aderiram ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, sendo que apenas 14 declararam comprar produtos de agricultores familiares locais (os percentuais variam de 15% a 40%). Segundos os secretários de agricultura e técnicos entrevistados, as principais dificuldades para comprar produtos da agricultura familiar são: produção insuficiente e sazonal; pequena diversidade; ausência de institucionalização; e dificuldade de transporte das localidades para a sede do município.

Devido a essas dificuldades, alguns municípios como Santa Filomena do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, São João do Soter, Araioses, Amapá do Maranhão e Água Doce do Maranhão compram os produtos agrícolas que compõem a merenda escolar de outros municípios. Os demais produtos, que compõem a merenda escolar, não são comprados nos próprios municípios (com exceção de São Roberto, que adquire parte dos produtos no mercado local), em muitos casos são fornecidos por empresas de outros Estados, a exemplo do Piauí (Teresina) e Ceará (Fortaleza).

Os Programas de Compras Institucionais têm um importante papel na dinamização da renda local, tendo em vista vocação agropecuária desses municípios. Mas, a adesão em si, não é condição suficiente para o sucesso dos Programas. Constatou-se a necessidade de apoio aos agricultores familiares tanto no que se refere à assistência técnica para a produção como no suporte para a institucionalização dos mesmos, a fim de facilitar a comercialização dos seus produtos.

Quadro 2 -Principais Produtos de origem Agropecuárias e Extrativista – 30 municípios integrantes do Mais IDH.

Municípios	AGRICULTURA FAMILIAR				HORTIFRUTICULTURA									CRIAÇÃ DE ANIMAIS					EXTRATIVISMO						
	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca	Horticultura	Abóbora	Melancia	Banana	Acerola	Cajá, Caju e Maracujá	Manga	Castanha	Coco da praia	Pecuária	Frango	Caprinocultura	Ovinocultura	Suinocultura	Babaçu	Carnaúba	Açaí	Mel	Pesca e Piscicultura	Carcinocultura	Caranguejo
Afonso Cunha	A	A	A	A																					
Água Doce do Maranhão		C	C	C	C						C	C		C		A/C	A/C						A/C	A/C	
Aldeias Altas	C	C	C	C			C							C									C		
Amapá do Maranhão	-	-	-	-										A/C								-	A/C		
Araioses			C									C		C		C				C			A/C	A/C	C
Arame	C	C	C											A/C											
Belágua																									
Brejo de Areia	A	A	A											A/C											
Cajari	A/C		A/C	A/C				A/C																	
Centro Novo do Maranhão	A/C	A/C	A/C	A/C				C													A/C	C	A/C		
Conceição do Lago-Açu		A/C	A/C				A/C																A/C		
Fernando Falcão	A	A/C	A	A/C										A/C	A			A							
Governador Newton Bello	A	A	A	A/C	C									C									C		
Itaipava do Grajaú					A/C									A/C											
Jenipapo dos Vieiras					A/C		C	A/C	A/C	A/C			C	C	C	A/C								C		
Lagoa Grande do Maranhão	A	A	A	A																					
Marajá do Sena	A/C	A/C	A	A/C										A/C											
Milagres do Maranhão	A/C	A/C	A/C	A/C	A/C	A								A/C					A/C				A/C		
Pedro do Rosário	A/C		A/C	A/C										A/C					C				A/C		
Primeira Cruz				A/C										A											
Santa Filomena do Maranhão	C		C	C										C			C								
Santana do Maranhão		-	-	-	-										-								-		
Santo Amaro do Maranhão		A/C	A/C	A/C	C			C				C		C	C	C	C	C	C				C		
São Francisco do Maranhão	A/C	A/C	A/C	A/C										C											
São João do Carú	A/C	A/C	A/C	A/C										A/C											
São João do Soter	A/C	A/C	A/C	A/C										C									C		
São Raimundo do Doca Bezerra	A	A	A	A	A									C											
São Roberto	A/C	A/C	A/C	A/C	A/C		A	C	A/C					A/C	A/C			A/C					A/C		
Satubinha	C	C	C	C										A/C					C				C		
Serrano do Maranhão		A	A	A/C									A/C	A/C	C						A/C		C		

Fonte: IMESC A = Autoconsuno C = Comercialização (-) = Destino não Especificado

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema gerenciador de séries temporais. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** – IPCA. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Dataprev.** Disponível em: <http://portal.dataprev.gov.br/> Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Dados históricos da matriz de informações sociais.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/home/login.php> Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Portal DataSocial.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada> Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Quantitativo de benefícios e recursos investidos por unidade da federação de pagamento no período de 1996 a 2015. BPC – Benefício de Prestação Continuada 2015**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/relcrys/bpc/download _beneficiarios_bpc.htm> Acesso em 10 abr. 2015

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Relatório de Informações (RI) do bolsa Família e Cadastro Único.** Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov-.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file =entrada> Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2014.** Disponível em: < http://bi.mte.gov.br/ bgcaged/rais.php> Acesso em: 30 set. 2015.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/-SISTN/Paginas/default.aspx> Acesso em : 23 abr. 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Disponível em: < www.fnde.gov.br> Acesso em: 25 jul. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos 2010**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em: 29 maio 2015.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA.** Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp? z=t&o=1&i=P > Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA**. Censo Populacional 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/ default.asp?z=t&o=1&i=P > Acesso em: 13 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO - IBPT. **Empresômetro das MPEs**: dados estatísticos municipais. Disponível em < http://empresometro.cnc.org.br/> Acesso em: 30 maio 2015

Longevidade





5.Longevidade

Introdução

Para que a sociedade atinja um adequado padrão de saúde física e mental é indispensável o alcance da Salubridade Ambiental[1], conforme instruem as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), nas quais o acesso aos serviços de saúde com qualidade é condição indispensável para proporcionar aos cidadãos uma vida plena e longa, com redução dos índices de morte prematura.

Partindo desse pressuposto, a Dimensão Longevidade, apresentada no documento **Diagnóstico Avançado dos Municípios do Plano Mais IDH**[2], mapeou as condições de saúde e saneamento da população residente nos municípios selecionados pelo Plano Mais IDH, relacionando suas consequências à longevidade, que é uma das três dimensões que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, e possui uma única variável: a Expectativa de Vida ao Nascer, cuja definição é "o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade" (BRASÍLIA, 2013).

1 "Salubridade ambiental é o estado de higidez em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem-estar" (Guimarães, 2007).
2 Publicação do IMESC com a sistematização das informações socioeconômicas e ambientais de cada um dos 30 municípios-alvo do Plano de Ações Mais IDH, disponível em www.imesc.ma.gov.br.

No intuito de subsidiar a proposição de medidas adequadas à saúde e ao desenvolvimento de uma estrutura social capaz de proporcionar condições básicas de existência a todos os indivíduos, de captar os múltiplos aspectos sociais e ambientais dos municípios selecionados e complementar o Indicador Expectativa de Vida, foram selecionadas as informações a seguir, com detalhamento demonstrado no **Quadro 1:**

1. **Saúde da Criança e da Mulher** - óbitos infantis por faixa etária e nascidos vivos por idade da mãe e grau de instrução da mãe, quantidade de consultas pré-natais realizadas e local de ocorrência e tipo de parto;
2. **Atenção Básica** - quantidade de Unidades Básicas de Saúde – UBS e de Equipes de Saúde e principais problemas (de gestão e atendimento) enfrentados pela Estratégia Saúde da Família;
3. **Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis** - população acompanhada pela Estratégia Saúde da Família com Hipertensão e Diabetes e casos diagnosticados de Hanseníase e AIDS; e
4. **Saneamento Básico** –Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Coleta de Resíduos Sólidos.

Para esta análise, foram utilizadas informações de fontes primárias e secundárias. As primárias foram coletadas pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e pela Secretaria de Estado da Saúde – SES, através de questionário qualitativo aplicado nos municípios que integram o Plano, e as secundárias foram coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; no Ministério da Saúde – MS e no Ministério das Cidades - MCid.

Quadro 1 - Informações complementares ao indicador expectativa de vida

Seção	Informação	Detalhamento (valor absoluto)	Indicador
Saúde da Criança e da Mulher	Óbitos Infantis, por faixa etária	Óbito nenonatal precoce (0 a 6 dias de vida)	Participação dos óbitos infantis no total de óbitos
		Óbito nenonatal tardio (7 a 28 dias de vida)	
		Óbito pós-nenonatal (29 a 364 dias de vida)	
	Nascidos Vivos	Por idade da mãe	Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes
			Proporção de nascidos vivos de mães com 35 anos ou mais
		Por grau de instrução da mãe	Proporção de nascidos vivos de mães com nenhum grau de instrução
		Por quantidade de consultas pré-natais realizadas	Proporção de nascidos vivos de mães que não realizaram consultas pré-natais
			Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais
		Por local de ocorrência do parto	Proporção de nascidos vivos de partos domiciliares
		Por tipo de parto	Proporção de nascidos vivos de partos cesáreos
Atenção Básica	Quantidade de Unidades Básicas de Saúde	-	Habitantes por Unidade Basica de Saude
	Quantidade de Equipes de Saúde	-	Habitantes por Equipes de Saúde
	Principais problemas (de gestão e atendimento) enfrentados pela Estratégia Saúde da Família	-	-
Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis	Doenças Crônicas	População acompanhada pela Estratégia Saúde da Família com Hipertensão	-
		População acompanhada pela Estratégia Saúde da Família com Diabetes	-
	Doenças Endêmicas	Casos diagnosticados de Hanseníase	-
	Doenças sexualmente transmissíveis	Casos diagnosticados de AIDS	-
Saneamento Básico	Abastecimento de água	-	Percentual de domicilios abastcidos por rede geral
	Esgotamento Sanitário, por tipo	Coleta ligada a rede geral, fossas rudimentares e vala, rios ou outros escoadouros	Percentual de domicilios com coleta de esgoto ligada à rede geral
	Coleta de Resíduos Sólidos	-	Percentual de domicilios atendidos pela coleta de resíduos sólidos

Fonte: IMESC.

1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade do Maranhão apresentou crescimento acima da média nacional no período 1991-2010, sendo a diferença entre eles equivalente a 14,1 p.p. Em termos de Expectativa de Vida, essa diferença no índice representou variação absoluta de 3,1 anos.

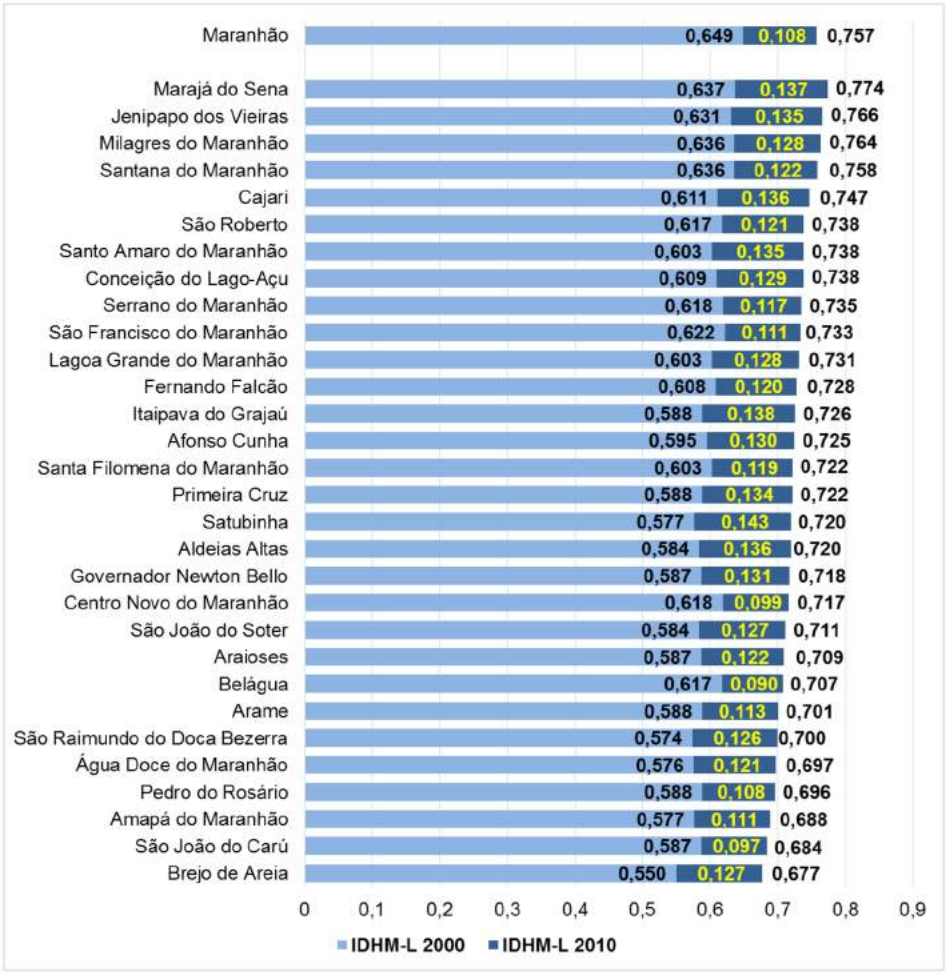
Dentre os 30 municípios analisados, 29 apresentaram taxa de crescimento do IDHM-L superior a do Brasil; destes, 18 apresentaram taxa de crescimento maior que a do Maranhão e sete, taxa maior que 50%, com destaque positivo para o município de Conceição do Lago-Açu, com a maior taxa registrada (54,4%). No lado oposto estão os municípios de São João do Caru (23,7%) e Centro Novo do Maranhão (23%), com as menores taxas registradas.

Os 30 municípios figuram nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento Humano no IDHM-Longevidade[3], em 2010 que corresponde às faixas do índice de 0,600 a 0,699 e de 0,700 a 0,799, respectivamente, sendo o menor valor registrado em Brejo de Areia (0,677) e os maiores valores registrados em Marajá do Sena (0,774), Jenipapo dos Vieiras (0,766), Milagres do Maranhão (0,764) e Santana do Maranhão (0,758); estando estes acima do índice do Maranhão, que é de 0,757, conforme demonstrado no **Gráfico 1.**

Em se tratando da expectativa de vida, no topo do ranking dos municípios com maior variação absoluta, destaca-se Marajá do Sena com a diferença de 16,2 anos no período 1991-2010. No polo oposto, há seis municípios cuja variação foi menor que 10 anos, no mesmo período: Água Doce do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, Pedro do Rosário, Amapá do Maranhão, Centro Novo do Maranhão e São João do Carú.

[3] O Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 utiliza as seguintes faixas de desenvolvimento humano: muito baixo (0,000 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (acima de 0,800).

Gráfico1 - IDHM-Longevidade - 2000 e 2010



Fonte: PNUD; IMESC

2. Saúde da Criança e da Mulher

A fim de captar informações acerca da atenção dispensada à saúde infantil e materna, foram utilizadas as informações de óbitos infantis, em seus componentes neonatal precoce (1 a 6 dias), neonatal tardio (7 a 28 dias) e pós-neonatal (29 a 364 dias); e de nascidos vivos por idade da mãe (mães de 10 a 19 anos e 35 anos ou mais), grau de instrução da mãe (nenhum ano de estudo), consultas pré-natais realizadas (nenhuma e 7 ou mais), local de ocorrência do parto (domiciliar) e tipo de parto (cesáreo).

2.1 Óbitos Infantis

Os 30 municípios analisados concentram 5,6% (106) dos 1.896 óbitos infantis registrados no Estado em 2013, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (Ministério da Saúde, 2015), conforme demonstrado na **Tabela 1**. A maioria deles (63) são óbitos neonatais precoces (aqueles ocorridos de 0 a 6 dias de vida), representando 59,4% do total de óbitos desses municípios. Destes óbitos, 36,5% ocorreram no primeiro dia de vida, situação que reflete tanto as condições socioeconômicas e de saúde da mãe, como a inadequada assistência pré-natal, ao parto, ao nascimento, ao recém-nascido e à puérpera, segundo Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal (BRASIL, 2009).

Essa situação acompanha o cenário brasileiro, onde o componente neonatal precoce responde por pelo menos 50% do total de mortes infantis. Já os óbitos ocorridos no primeiro dia de vida correspondem a 25% do mesmo total, evidenciando a estreita relação entre os óbitos infantis, principalmente os neonatais, e a assistência ao parto e nascimento, que por ser predominantemente hospitalar, são passíveis de prevenção pela correta atuação dos profissionais de saúde, conforme aponta o documento acima citado.

Os três municípios com maior participação no total de óbitos infantis dentre os 30 priorizados pelo Plano de Ações Mais IDH são: Aldeias Altas (9,4%), Araioses (8,5%) e São João do Soter (7,5%), que juntos somam 25,4%; em faixa oposta há quatro municípios que não registraram óbito infantil[4] em 2013, segundo o SIM: Amapá do Maranhão, Brejo de Areia, Santa Filomena do Maranhão e São Roberto.

Tabela 1 - Óbitos Infantis por faixa etária e participação (em %) no total de óbitos, segundo os municípios do Mais IDH - 2013

Municípios no Plano Mais IDH	Óbitos Infantis (menores de um ano)				Participação no total de óbitos (%)
	Neonatal precoce (0 a 6 dias)	Neonatal tardia (7 a 28 dias)	Pós-neonatal (29 a 364 dias)	Total	
Aldeias Altas	6	2	2	10	9,4
Araioses	4	4	1	9	8,5
São João do Soter	4	1	3	8	7,5
Pedro do Rosário	4	0	3	7	6,6
Arame	3	0	3	6	5,7
Jenipapo dos Vieiras	3	0	3	6	5,7
Governador Newton Bello	3	1	1	5	4,7
Itaipava do Grajaú	4	0	1	5	4,7
Lagoa Grande do Maranhão	4	0	1	5	4,7
São João do Carú	3	0	2	5	4,7
Satubinha	3	2	0	5	4,7
Cajari	2	1	1	4	3,8
Conceição do Lago-Açu	3	0	1	4	3,8
Fernando Falcão	2	0	2	4	3,8
Belágua	2	0	1	3	2,8
Centro Novo do Maranhão	3	0	0	3	2,8
Santana do Maranhão	2	0	1	3	2,8
Santo Amaro do Maranhão	1	0	2	3	2,8
Afonso Cunha	1	1	0	2	1,9
Primeira Cruz	1	0	1	2	1,9
Serrano do Maranhão	2	0	0	2	1,9
Água Doce do Maranhão	1	0	0	1	0,9
Marajá do Sena	1	0	0	1	0,9
Milagres do Maranhão	1	0	0	1	0,9
São Francisco do Maranhão	0	0	1	1	0,9
São Raimundo do Doca Bezerra	0	0	1	1	0,9
Amapá do Maranhão	0	0	0	0	0,0
Brejo de Areia	0	0	0	0	0,0
Santa Filomena do Maranhão	0	0	0	0	0,0
São Roberto	0	0	0	0	0,0
Total	63	12	31	106	100,0
Maranhão	1108	243	545	1896	-

Fonte: SIM; IMESC.

[4] A ausência de óbitos infantis registrada no SIM em alguns municípios pode significar subdeclaração de óbitos, por este motivo se faz necessário incorporar à esta análise outras informações para melhor mensurar a qualidade de vida do universo analisado.

2.2 Nascidos Vivos

A fim de compreender a situação de saúde da criança e da mulher, e devido à dificuldade em calcular as taxas de mortalidade infantil e materna[5], se faz necessário identificar outras informações que possam fornecer um retrato das características de saúde desses grupos. As informações selecionadas foram: nascidos vivos por idade e grau de instrução da mãe, consultas pré-natais realizadas e local de ocorrência e tipo de parto.

A análise de nascidos vivos por idade da mãe justifica-se pelo fato de a idade materna ser uma das características individuais desfavoráveis e presentes anteriormente à gestação, dentro dos marcadores e fatores de risco gestacional, segundo o Manual Técnico da Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009).

As faixas de idade materna com maior vulnerabilidade a condições de risco, principalmente para o recém-nascido (como a prematuridade e o baixo peso ao nascer) são de 10 a 19 anos (mães adolescentes) e mães com 35 anos ou mais, conforme Fichas de Qualificação do Indicador da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSA.

No que se refere aos nascidos vivos de mães adolescentes, houve seis municípios cuja proporção foi igual ou menor que a do Estado (26%), são eles: Pedro do Rosário (26%), Cajari (25%), Água Doce do Maranhão (25%), Jenipapo dos Vieiras (25%), São Francisco do Maranhão (24%) e Afonso Cunha (20%); e 16 municípios em que a proporção de nascidos vivos de mães adolescentes foi igual ou maior que a dos 30 municípios (30%), com destaque para Satubinha (37%), Marajá do Sena (36%), Serrano do Maranhão (36%) e Fernando Falcão (36%).

A proporção de nascidos vivos de mães com 35 anos ou mais do Maranhão e dos 30 municípios é semelhante; respectivamente, 7% e 6%. Dentre os municípios em questão, há oito cuja proporção é menor que cinco, são eles: Primeira Cruz, Governador Newton Bello, Araioses, Cajari, Conceição do Lago-Açu, com 4%; São Roberto com 3% e Milagres do Maranhão e Santa Filomena do Maranhão, com 2%. No extremo oposto há dois municípios cuja proporção é maior que 10%, Afonso Cunha e Belágua, ambos com 12%.

Em se tratando dos nascidos vivos por grau de instrução da mãe, a baixa escolaridade é uma das características sociodemográficas desfavoráveis e presente anteriormente à gestação, dentre os marcadores e fatores de risco gestacional (BRASIL, 2009). Nesse quesito, o destaque negativo fica para os municípios de Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras, cuja proporção de mães sem grau de instrução é de 21% e 15%, respectivamente, enquanto a proporção do Estado é 2% e a dos 30 municípios é 5%, conforme demonstra a **Tabela 2**. Houve três municípios cuja proporção foi 1% (a menor registrada) são eles: Primeira Cruz, Santa Filomena do Maranhão e Amapá do Maranhão.

[5] Segundo a Rede Intergerencial de Informações para a Saúde – RIPSA, através dos Indicadores e Dados Básicos do Brasil – IDB, para calcular as taxas de mortalidade infantil e materna é necessário o conhecimento das definições de morte e das circunstâncias em que ocorreram os óbitos, para que sejam classificados corretamente, além da inserção de um "fator de correção", por conta das imprecisões no registro que geram subdeclaração.

Tabela 2 - Proporção de nascidos vivos por idade e grau de instrução da mãe e consultas pré-natais realizadas (em %), no total de nascidos vivos, segundo os municípios do Mais IDH – 2013

Municípios no Plano Mais IDH	Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes (%)	Proporção de nascidos vivos de mães com 35 anos e mais (%)	Proporção de nascidos vivos de mães com nenhum grau de instrução (anos de estudo)	Proporção de nascidos vivos de mães que não realizaram consultas pré-natais (%)	Proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais (%)
Afonso Cunha	20	12	5	2	49
Água Doce do Maranhão	25	7	2	8	31
Aldeias Altas	29	7	5	8	21
Amapá do Maranhão	30	5	1	31	20
Araioses	34	4	2	7	27
Arame	31	8	6	39	11
Belágua	28	12	7	5	23
Brejo de Areia	30	9	4	3	23
Cajari	25	4	2	25	11
Centro Novo do Maranhão	29	8	3	4	31
Conceição do Lago-Açu	30	4	3	7	12
Fernando Falcão	36	7	21	8	11
Governador Newton Bello	33	4	2	2	26
Itaipava do Grajaú	30	5	6	2	24
Jenipapo dos Vieiras	25	8	15	8	17
Lagoa Grande do Maranhão	29	8	6	6	19
Marajá do Sena	36	5	7	9	15
Milagres do Maranhão	27	2	4	0	42
Pedro do Rosário	26	6	3	20	10
Primeira Cruz	28	4	1	4	18
Santa Filomena do Maranhão	34	2	1	3	41
Santana do Maranhão	29	8	4	2	58
Santo Amaro do Maranhão	32	5	2	5	15
São Francisco do Maranhão	24	5	2	3	25
São João do Carú	34	6	3	2	25
São João do Soter	28	5	5	9	32
São Raimundo do Doca Bezerra	32	9	3	1	29
São Roberto	31	3	3	0	47
Satubinha	37	7	2	0	27
Serrano do Maranhão	36	5	4	0	18
Total	30	6	5	11	22
Maranhão	26	7	2	5	32

Fonte: SINASC; IMESC.

A análise das informações de consultas pré-natais realizadas tem como objetivo verificar as condições de acesso, a cobertura do atendimento e a qualidade da assistência dispensada às gestantes, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações específicas (Brasil, 2009). Há dois extremos que chamam atenção: a existência de nascidos vivos de mães que não realizaram consultas e de mães que realizaram 7 ou mais consulta, ambos analisados a seguir.

Dentre os 30 municípios, houve 13 com proporção de nascidos vivos de mães que não realizaram consultas pré-natais maior que a do Maranhão (5%), com destaque negativo a quatro deles: Arame (39%), Amapá do Maranhão (31%), Cajari (25%) e Pedro do Rosário (20%), que também estão acima da proporção dos 30 municípios (11%); os quatro com menor proporção (que não tiveram casos de nascidos vivos de mães que não realizaram consultas), são: Milagres do Maranhão, São Roberto, Satubinha e Serrano do Maranhão.

No que tange à proporção de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais, houve 13 municípios cuja proporção foi menor que a média dos 30 municípios (22%), com destaque negativo para Pedro do Rosário, com menor proporção entre eles (10%). No extremo oposto há cinco municípios cuja proporção foi maior que a do Maranhão (30%), com destaque para Santana do Maranhão (58%) com a maior proporção registrada e a única acima de 50%.

O processo de hospitalização do parto é um movimento diretamente proporcional à evolução tecnológica, no âmbito da medicina, que se justifica pela preocupação com a segurança da gestante e do bebê e em consequência ao conhecimento dos fatores de risco inerentes ao processo natural de nascimento (SEIBERT, 2005). Entretanto, é sabido que o parto domiciliar, se bem planejado e assistido, tem consequências benéficas para ambos.

Dessa forma, a análise das informações de local de ocorrência do parto deve ser relativizada. Se considerarmos que no Maranhão ainda não há estrutura para desenvolvimento adequado do parto domiciliar nos termos destacados acima, há municípios com probabilidade aumentada de óbitos infantis e maternos, conforme demonstra a **Tabela 3**.

A Organização Mundial da Saúde – OMS – e o Ministério da Saúde recomendam a ocorrência de um máximo de 10% a 15% de partos cesáreos. Houve cinco municípios cuja proporção de nascidos vivos de partos cesáreos em relação ao total de nascidos vivos foi maior que a proporção do Maranhão (41%), são eles: Santa Filomena do Maranhão (50%), Milagres do Maranhão (48%), São Roberto (45%), São Raimundo do Doca Bezerra (43%) e Satubinha (43%). Entretanto se tomarmos como referencial o parâmetro supracitado, o cenário se torna preocupante pois dentre os 30 municípios, 28 estão com percentual de partos cesáreos acima de 15% e mesmo os dois em melhor situação, Belágua (14%) e Pedro do Rosário (13%), não estão abaixo de 10%.

Tabela 3 - Proporção (em %) de nascidos vivos de partos domiciliares e partos cesáreos no total de partos, segundo os municípios do Mais IDH - 2013

Municípios no Plano Mais IDH	Proporção de nascidos vivos de partos domiciliares (%)	Proporção de nascidos vivos de partos cesáreos (%)
Fernando Falcão	33	33
Cajari	22	16
Serrano do Maranhão	22	18
Santo Amaro do Maranhão	20	16
Primeira Cruz	19	16
Conceição do Lago-Açu	17	32
Belágua	15	14
Pedro do Rosário	14	13
Jenipapo dos Vieiras	11	33
Arame	10	16
Brejo de Areia	9	34
Centro Novo do Maranhão	9	28
Marajá do Sena	7	23
Água Doce do Maranhão	6	31
Amapá do Maranhão	6	37
São Roberto	6	45
Governador Newton Bello	5	28
Afonso Cunha	4	27
Itaipava do Grajaú	3	33
Araioses	3	24
São João do Soter	3	35
São João do Carú	2	27
Satubinha	2	43
Santana do Maranhão	2	21
São Raimundo do Doca Bezerra	1	43
Aldeias Altas	1	28
Lagoa Grande do Maranhão	1	25
São Francisco do Maranhão	1	23
Milagres do Maranhão	0	48
Santa Filomena do Maranhão	0	50
Total	9	26
Maranhão	3	41

Fonte: SINASC; IMESC.

Houve 12 municípios cuja proporção de nascidos vivos em parto domiciliar é igual ou menor que a do Estado (3%), com destaque positivo para Milagres do Maranhão e Santa Filomena do Maranhão, que não tiveram nascidos vivos em parto domiciliar. Considerando como referencial os 30 municípios, houve 12 em que a proporção de nascidos vivos em parto domiciliar é igual ou maior que a do Estado (9%), com destaque negativo para Fernando Falcão (33%), Cajari (22%), Serrano do Maranhão (22%), e Santo Amaro do Maranhão (20%).

3. Atenção Básica

A Atenção Básica "é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Este trabalho é realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas Unidades Básicas de Saúde Fluviais, nas Unidades Odontológicas Móveis (UOM) e nas Academias de Saúde" (Departamento de Atenção Básica, 2015).

Na tentativa de mensurar a qualidade dos seus serviços, foram escolhidas as informações de quantidade de Unidades Básicas de Saúde - UBS e de Equipes de Saúde da Família e os principais problemas de gestão e atendimento enfrentados pela Estratégia Saúde da Família.

Em se tratando das Unidades Básicas de Saúde, sua finalidade é atender à maioria das necessidades de saúde da população, com agilidade e qualidade, de modo acolhedor e humanizado, promovendo a saúde da população e prevenindo o desenvolvimento de agravos e suas complicações. A UBS deve ser "o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde" (Departamento de Atenção Básica, 2015), colaborando com a perspectiva de saúde pública, universal, integral e gratuita (Ministério da Saúde, 2015).

Os 30 municípios analisados concentram 7,6% (124) das UBS's do Estado (1.623) para o ano de 2015; e têm concentração populacional de 3.521 habitantes por UBS. No que se refere à concentração populacional em UBS's, os municípios com menor concentração são, no mesmo ano, São Raimundo do Doca Bezerra, com 1.743 habitantes por UBS e Santa Filomena do Maranhão, com 1.894, conforme apresentado na **Tabela 4**. No extremo oposto estão os municípios de Jenipapo dos Vieiras, com 16.124 habitantes por UBS, Cajari, com 18.943 e Lagoa Grande do Maranhão, este em situação mais preocupante pois, conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, não dispõe de UBS desde abril de 2010.

Tabela 4 - Quantidade de Unidades Básicas de Saúde e de Equipes de Saúde por habitante e população estimada, segundo os municípios do Mais IDH - 2015

Municípios no Plano Mais IDH	Unidade Basica de Saude	Habitantes por Unidade Basica de Saude	Equipes de Saúde	Habitantes por Equipes de Saúde	População estimada
Afonso Cunha	3	2.117	4	1.588	6.351
Água Doce do Maranhão	5	2.451	7	1.751	12.257
Aldeias Altas	3	8.608	11	2.348	25.823
Amapá do Maranhão	1	6.789	3	2.263	6.789
Araioses	13	3.481	18	2.514	45.255
Arame	8	4.002	11	2.910	32.015
Belágua	3	2.424	2	3.637	7.273
Brejo de Areia	4	2.292	5	1.833	9.166
Cajari	1	18.943	7	2.706	18.943
Centro Novo do Maranhão	3	7.004	8	2.627	21.013
Conceição do Lago-Açu	4	3.946	4	3.946	15.782
Fernando Falcão	2	5.037	6	1.679	10.073
Governador Newton Bello	3	3.337	4	2.503	10.011
Itaipava do Grajaú	4	3.902	8	1.951	15.609
Jenipapo dos Vieiras	1	16.124	7	2.303	16.124
Lagoa Grande do Maranhão	-	-	5	2.222	11.111
Marajá do Sena	2	3.829	2	3.829	7.658
Milagres do Maranhão	4	2.071	5	1.657	8.284
Pedro do Rosário	8	3.059	9	2.719	24.475
Primeira Cruz	5	2.984	5	2.984	14.918
Santa Filomena do Maranhão	4	1.894	3	2.525	7.576
Santana do Maranhão	6	2.165	6	2.165	12.987
Santo Amaro do Maranhão	7	2.196	6	2.563	15.375
São Francisco do Maranhão	5	2.393	5	2.393	11.966
São João do Carú	4	3.880	7	2.217	15.520
São João do Soter	7	2.585	10	1.810	18.095
São Raimundo do Doca Bezerra	3	1.743	3	1.743	5.230
São Roberto	2	3.265	2	3.265	6.529
Satubinha	5	2.697	6	2.248	13.487
Serrano do Maranhão	4	2.715	7	1.551	10.859
Total	124	3.521	186	2.347	436.554
Maranhão	1.623	4.254	2.300	3.002	6.904.241

Fonte: IBGE; CNES; IMESC.

A Equipe de Saúde da Família (eSF) é uma equipe multiprofissional[6], cuja responsabilidade é operacionalizar as competências da Política Nacional da Atenção Básica, principalmente no que diz respeito a participar do processo de territorialização, identificando situações de risco e vulnerabilidade, realizando busca ativa e notificando doenças e agravos de notificação compulsória; cadastrar famílias e indivíduos, garantindo a qualidade dos dados coletados e a fidedignidade do diagnóstico de saúde do grupo populacional da área adstrita de maneira interdisciplinar, com a finalidade de "promover atenção integral, contínua e organizada" (BRASIL, 2011).

Considerando que "cada equipe de saúde da família deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada de 3.000 pessoas" e a recomendação "que o número de pessoas por equipe considere o grau de vulnerabilidade das famílias daquele território, sendo que quanto maior o grau de vulnerabilidade menor deverá ser a quantidade de pessoas por equipe", conforme consta no documento Política Nacional de Atenção Básica (Brasília, 2011), os municípios com maior probabilidade de melhor atendimento da população por ter menos habitantes sob responsabilidade de equipes de saúde são: Serrano do Maranhão, com 1.551 habitantes por equipe de saúde e Afonso Cunha, com 1.588.

No extremo oposto, estão os municípios de São Roberto, Belágua, Marajá do Sena e Conceição do Lago-Açu, com a quantidade de habitantes por equipe de saúde correspondente a 3.265, 3.637, 3.829 e 3.946, respectivamente. Importante ressaltar que mesmo que esses municípios estejam na faixa de maior concentração populacional por equipe de saúde, eles ainda estão dentro da média recomendada de no máximo 4.000 pessoas sob responsabilidade de uma equipe de saúde.

No que diz respeito aos principais problemas enfrentados pela Estratégia Saúde da Família **(Quadro 2)**, foram assinaladas pelos gestores municipais as seguintes opções disponíveis no questionário[7], no que se refere à ausência, insuficiência e/ou dificuldades de acesso aos seguintes itens, descritos a seguir por tipo de problema (de gestão ou de atendimento) e por ordem de importância:

- Principais problemas de gestão – automóvel, acesso às localidades, Internet, educação permanente, vínculo de trabalho protegido, computador, acesso à UBS, combustível, climatização e impressos;
- Principais problemas de atendimento – material permanente, material de consumo, medicamentos e insumos.

[6] Segundo o documento Política Nacional da Atenção Básica, a Equipe de Saúde da Família – eSF – deve ser composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

[7] Esta informação é oriunda de questionário qualitativo aplicado pela Secretaria de Estado da Saúde – SES – durante I Mutirão Mais IDH em 22, dos 30 municípios participantes do Plano de Ações Mas IDH. Dentre os motivos que impossibilitaram a aplicação do questionário nos outros oito municípios estiveram a ausência de funcionários da SES ou dos gestores das Secretarias Municipais de Saúde, bem como a inviabilidade de acesso rodoviário aos municípios no período do Mutirão.

Quadro 2 - Principais problemas (de gestão e atendimento) enfrentados pela Estratégia Saúde da Família, segundo os municípios do Mais IDH - 2015

Municípios no Plano Mais IDH	Gestão										Atendimento			
	Automóvel	Combustível	Computador	Internet	Impressos	Educação Permanente	Vínculo de trabalho protegido	Climatização	Acesso à Unidade Básica de Saúde	Acesso às localidades	Equipamentos - material permanente	Equipamentos - material de consumo	Medicamentos	Insumos (gaze, luvas, esparadrapo, etc)
Afonso Cunha	Questionário não aplicado													
Água Doce do Maranhão	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Aldeias Altas	Questionário não aplicado													
Amapá do Maranhão	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x			
Araioses	x	x	x	-	-	-	x	x	x	x	x	x		
Arame	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-			x	
Belágua	Questionário não aplicado													
Brejo de Areia	-	-	-	x	-	x	-	-	-	x	Não respondeu			
Cajari	x	x	x	x	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x
Centro Novo do Maranhão	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	
Conceição do Lago-Açu	x	-	-	x	-	x	x		x	x	x			
Fernando Falcão	x	x	x	x	-	-	-	-	-	x	Não respondeu			
Governador Newton Bello	x	-	-	x	-	-	-	-	x	x	Não respondeu			
Itaipava do Grajaú	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	Não respondeu			
Jenipapo dos Vieiras	x	-	-	x	-	-	-	-	x	x	x			
Lagoa Grande do Maranhão	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Marajá do Sena	x	-	-	x	-	x	x		x	x	x	x	x	x
Milagres do Maranhão	x	-	x	x	x	-	-	x	-	-	x	x	x	x
Pedro do Rosário	Não respondeu													
Primeira Cruz	Questionário não aplicado													
Santa Filomena do Maranhão	-	-	x	-	-	x	x	-	-	x	x			
Santana do Maranhão	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	x		x	
Santo Amaro do Maranhão	Questionário não aplicado													
São Francisco do Maranhão														
São João do Carú														
São João do Soter														
São Raimundo do Doca Bezerra	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x			x	
São Roberto	x	-	x		-	x	x	x	-	-	x	x		
Satubinha	x	x		x	-	x	-	x	-	-	x			
Serrano do Maranhão	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	Não respondeu			

Fonte: SES; IMESC.

4. Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis

As doenças crônicas, segundo a Organização Mundial de Saúde, são a principal causa de morte e incapacidade no mundo. Segundo Borges, (2009), um dos aspectos importantes para a melhoria da qualidade de vida de uma população é o aumento da sua capacidade de compreender os fenômenos relacionados à sua saúde. O conhecimento sobre um determinado desfecho de algumas doenças pode ser útil para ajudar a evitar o surgimento de um agravo e influencia na busca pelo tratamento.

Ao analisar os 30 municípios do Mais IDH observa-se que há um número crescente de pessoas acompanhadas com hipertensão e diabetes pelas equipes de saúde da família. "Crescente" que pode significar tanto o aumento dos casos existentes como o número pessoas que são acompanhadas.

Dos 30 municípios analisados no Plano Mais IDH, 14 tiveram entre 2004 e 2014 uma média de crescimento anual da população acompanhada com hipertensão superior a 10%, sendo que os municípios de Aldeias Altas (20,8%) e Cajari (19,8%) foram os que apresentaram maiores percentuais.

Já para Diabetes os municípios de Afonso Cunha, Água Doce, Aldeias Altas, Amapá, Arame, Cajari, Primeira Cruz, Santana do Maranhão e São Raimundo do Doca Bezerra tiveram um aumento no número da população acompanhada em mais de 200%, crescimento que pode estar diretamente relacionado com a melhoria das condições técnicas no quadro de saúde pública e ao diagnóstico precoce.

Tratando-se de hanseníase, foram registrados 560 casos entre 2010 e 2014 para os municípios em análise, segundo o Sistema de Informação de Agravos e Notificação – SINAN (BRASIL, 2014), sendo que os maiores registros ocorreram nos municípios de Arame (58), Conceição do Lago-Açu (51), São João do Soter (49), Gov. Newton Bello (36), Cajari (34) e Aldeias Altas (31). Já para AIDS, se tem registro de 89 casos[8], sendo os maiores números registrados nos municípios de Aldeias Altas com 14, Centro Novo 12 e Pedro do Rosário 9[9].

[8] Os municípios de Governador Newton Bello e Santa Filomena aparecem como ignorados no banco de dados do SINAN, não sendo possível identificar o número de casos registrados para ambos.
[9] Vale ressalta que tanto para hanseníases como para AIDS há um grande número de subnotificação.

5. Saneamento Básico

A Lei Federal nº 11.445/2007, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, define esse como "o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais para abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas".

A realidade das condições de infraestrutura e possibilidades de acesso à distribuição de água, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos caracteriza a população de um município como detentora de condições adequadas de saneamento básico e de um quadro de saúde mais favorável, auxiliando no desenvolvimento do mesmo.

O Maranhão, Estado com predominância de características rurais na maioria de seus municípios, possuía, segundo dados do IBGE (2010), 65,8% dos domicílios com abastecimento de água via rede geral, 55% com coleta de resíduos sólidos e 11,6% com esgotamento sanitário através de rede geral.

5.1 Abastecimento de água

Dos 30 municípios do Plano Mais IDH, Santa Filomena do Maranhão (88,93%), Santana (83,69%), Satubinha (77,53%) Itaipava (76,68%), são os que possuem o maior número de domicílios atendidos com abastecimento de água por rede geral. Na situação oposta **(Tabela 5)**, temos 13 municípios com menos de 50% dos seus domicílios com abastecimento de água por rede geral, com destaque para Santo Amaro do Maranhão e Pedro do Rosário, com menos de 10% de cobertura.

Tabela 5 – Municípios do Plano Mais IDH com menos de 50% dos domicílios atendidos por rede geral de água distribuído entre a zona urbana e rural - 2010

Município	Rede geral atendido (%)	Urbano	Rural
Santo Amaro do Maranhão	6,43	0,65	5,78
Pedro do Rosário	8,96	5,70	3,25
Marajá do Sena	10,01	9,38	0,63
Primeira Cruz	16,57	2,78	13,79
Cajari	21,56	8,05	13,51
Centro Novo do Maranhão	23,64	8,79	14,85
Brejo de Areia	31,63	19,00	12,64
Araioses	34,41	18,92	15,49
Aldeias Altas	37,67	34,65	3,02
São Francisco do Maranhão	37,88	28,14	9,74
Milagres do Maranhão	38,63	21,79	16,84
Fernando Falcão	43,01	15,05	27,96
Conceição do Lago Açu	49,78	36,48	13,30

Fonte: IBGE, 2010

Em 11 municípios do Plano Mais IDH (Aldeias Altas, Arame, Cajari, Conceição do Lago Açu, Governador Newton Bello, Santa Filomena, São Raimundo do Doca Bezerra, Afonso Cunha, Araioses, Primeira Cruz e Satubinha), o abastecimento de água é feito pela CAEMA; nos demais os serviços são administrados pela prefeitura.

A distribuição de água tratada, um dos indicativos mais importantes para medir a qualidade do saneamento básico, está efetivada em apenas quatro municípios através de estações de tratamento, os demais utilizam procedimentos paliativos, como limpeza das caixas d'água ou aplicação de cloro.

A **Tabela 6**, organizada a partir de informações disponibilizadas pelos gestores municipais durante trabalho de campo do IMESC nos 30 municípios do Plano Mais IDH, apresenta um panorama do sistema de funcionamento da rede distribuidora de água.

Tabela 6 - Sistema de Funcionamento da Rede Distribuidora de Água nos 30 Municípios do Plano Mais IDH[10] (continua)

Município	Poços ativos/ Zona urbana e rural	Reservatório	Rede de distribuição/Extensão(m)	Nº de ligações	Regime de Funcionamento	Qualidade da água	Estação de tratamento	Adutora de água	Taxa cobrada ($)
Afonso Cunha	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Água Doce do Maranhão	X	1	X	X	X	X	X	X	X
Aldeias Altas	10 poços na Sede	2	x	2.682	X	Boa	X	X	14,90
Amapá do Maranhão	20	1	X	X	3h/dia	x	x		x
Araioses	X	1	X	X	X	X	X	X	X
Arame	35	X	X	1.720	12h/dia	Zona urbana (turva) e Zona rural (boa)	X	8.300m (água bruta)	15,00
Belágua	X	1	X	X	X	X	X	X	X
Brejo de Areia	29	X	Estimativa de 8.000m	2.953	10h/dia	X	X	X	Não é cobrada tarifa
Cajari	30	1	Estimativa de 36.160m	X	15h/dia	Turva e salobra	1 estação convencional	x	Não é cobrada tarifa
Centro Novo do Maranhão	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Conceição do Lago-Açu	42	1	9.700m na sede e 22.000m zona rural	1.850	Média de 15h/dia	X	1 estação convencional	150m de adutora de água tratada	14,70
Fernando Falcão	16	X	X	X	Irregular	Turva	X	X	x
Gov. Newton Bello	3 poços na sede	1	Estimativa de 9.449m	1.118	24h/dia	x	1 estação convencional	x	2 valores 14,00 e 30,00

[10] A não existência de informação sobre alguns dos componentes do sistema, representada por "x" na tabela, significa que o dado não existe ou que o município não o disponibilizou.

Tabela 6 - Sistema de Funcionamento da Rede Distribuidora de Água nos 30 Municípios do Plano Mais IDH (conclusão)

Município	Poços ativos/ Zona urbana e rural	Reservatório	Rede de distribuição/Extensão(m)	Nº de ligações	Regime de Funcionamento	Qualidade da água	Estação de tratamento	Adutora de água	Taxa cobrada ($)
Itaipava do Grajaú	22	x	x	x	24h/dia	Boa	x	x	Não é cobrada tarifa
Jenipapo dos Vieiras	17	1	4.000m	x	x	Boa	X	X	X
Lagoa Grande do Maranhão	17	2	X	X	4h/dia	Boa	x	x	Não é cobrada tarifa
Marajá do Sena	12	1	Estimada em 15.000m	550	6h/dia	x	x	x	Não é cobrada tarifa
Milagres do Maranhão	7 poços e 1 manancial superficial	1 reservatórios semi-confinado e 1 elevado	x	x	8h/dia	Boa	1 estação convencional	7.000 metros de adutora de água tratada	Não é cobrada tarifa
Pedro do Rosário	X	1	x	x	x	x	x	x	x
Primeira Cruz	30	1	x	x	24h/dia	x	x	x	Não é cobrada tarifa
Santa Filomena do Maranhão[i]	4	x	2.000m	x	x	x	x	x	20,00
Santana do Maranhão	x	1	x	x	x	x	x	x	x
Santo Amaro do Maranhão	x	x	x	x	x	x	x	x	x
São Francisco do Maranhão	x	2	x	x	x	x	x	x	x
São João do Carú	16	x	x	x	x	Boa	X	X	Não é cobrada tarifa
São João do Soter	80	x	28.050m	3.200	8h/dia	x	x	x	13,50
São Raimundo do Doca Bezerra	6	1	6.000m	x	x	x	x	x	Não é cobrada tarifa
São Roberto	6	1	x	x	24h/dia	Turva e salina	x	x	12,00
Satubinha	23	1	10.600m	x	x	x	x	x	Não é cobrada tarifa
Serrano do Maranhão	28	1 reservatório semi-enterrado e 1 elevado	19.000	1.200	14h/dia	Boa	X	X	X

Fonte: IMESC, 2015.

[11] Todas as informações são referentes à sede do município.

Dos 30 municípios do Plano Mais IDH apenas, Brejo de Areia, Cajari, Conceição do Lago Açu, Governador Newton Bello, Jenipapo dos Vieiras, Marajá do Sena, Santa Filomena do Maranhão, São João do Soter, São Raimundo do Doca Bezerra, Satubinha e Serrano do Maranhão disponibilizaram dados sobre rede de distribuição, sendo que desses, dois possuem captação superficial e os demais utilizam captação subterrânea. Em campo, foi possível observar que muitos domicílios ainda utilizam como principal meio de abastecimento, o poço cacimbão, o chafariz, o caminhão pipa e os rios.

5.2 Esgotamento Sanitário

Dos componentes que integram o saneamento básico, o esgotamento sanitário no Estado é o que apresenta índices mais preocupantes. Segundo dados do IBGE, em 2010 apenas 11,65% dos domicílios do Estado possuíam esgotamento por rede geral, enquanto a média brasileira era de 55,45%, situação agravada nos 30 municípios do Plano Mais IDH, em que nenhum município possui rede geral coletora de esgoto.

Uma das alternativas adotadas para suprir a inexistência desse serviço no contexto nacional foi a implantação do sistema de esgotamento por fossas sépticas, que mesmo longe de ser a solução mais adequada, implica na redução do lançamento dos dejetos em valas a céu aberto, fossas rudimentares e em corpos d'água. No Maranhão, o sistema de esgotamento em fossa séptica apresentou foi decréscimo em 2010, se comparado com os dados de 2000.

A situação do esgotamento sanitário dos 30 municípios que integram o Plano Mais IDH é precária. Destes, somente São Roberto e Amapá do Maranhão, com respectivamente 24,16% e 29,47% de esgotamento sanitário por fossa séptica, apresentaram melhores percentuais se comparados com a média do Estado. Em contrapartida, Fernando Falcão (0,05%), Brejo de Areia (0,31%), Água Doce do Maranhão (0,55%), São Francisco do Maranhão (0,79%) e Santo Amaro do Maranhão (0,92%) não atendem nem 1% de seus domicílios com esse sistema de esgotamento.

O cenário do esgotamento deficiente constitui um importante fator de agravamento das doenças de veiculação hídrica, cujos casos mais comuns identificados em todos os 30 municípios analisados foram : diarreia, gastroenterite e infecções intestinais por protozoários e vírus.

5.3 Resíduos Sólidos

Os serviços de manejo dos resíduos sólidos compreendem a coleta, a limpeza pública e o descarte adequado dos resíduos, serviços de responsabilidade do poder municipal que, com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos passa a ser o principal responsável pela gestão dos resíduos gerados no seu território.

No Maranhão, a média de domicílios atendidos com coleta de resíduos segundo o IBGE (2010) é de 55,83%, bem abaixo da média nacional de 87,41%. No contexto dos municípios do Plano Mais IDH, somente São Raimundo do Doca Bezerra aparece acima da média do Estado, com 56,3%.

Ao analisar a ampliação do número de domicílios atendidos com coleta de resíduos sólidos nos dados do IBGE de 2000 e 2010, juntamente com as informações disponibilizadas pelos municípios no questionário aplicado pelo IMESC, constata-se que São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Lagoa Grande, Afonso Cunha, São João do Carú e Conceição do Lago-Açu foram os que obtiveram o maior crescimento em pontos percentuais (pp) entre os dois intervalos de anos analisados. Todavia, ainda temos municípios que não atendem nem 10% de seus domicílios, como Serrano do Maranhão (0,5%), Fernando Falcão (6,2%), Milagres do Maranhão (7,9%) e Brejo de Areia (8,6%).

Uma das principais diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, qual seja, o fim dos lixões, está longe de ser efetivada nos municípios do MAIS IDH, uma vez que em todos o principal destino final dos resíduos é o lixão a céu aberto, sem nenhum controle. O aterro sanitário, consorciado ou não, ainda não faz parte da realidade desses municípios.

Considerações Finais

Ainda que a média de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade do Estado e dos 30 municípios esteja acima da média nacional, a expectativa de vida ainda se encontra abaixo da expectativa de vida do Brasil, o que demanda esforços para evolução das três dimensões do IDHM, já que o acesso ao conhecimento e o aumento do poder aquisitivo impactam fortemente na saúde do indivíduo.

De modo geral é preciso fortalecer a Atenção Básica, pois através dela é possível alcançar todos os usuários do sistema de saúde e realizar os encaminhamentos necessários para os outros níveis (média e alta complexidade) da rede de assistência, a fim de diminuir os índices de mortalidade geral, que impactam diretamente na longevidade da população.

No que tange às doenças, o crescente aumento do número de população acompanhada com hipertensão e diabetes deve ser visto como indicativo para efetivação de medidas de controle eficientes, para que o número de agravos, ocorridos em decorrência desses, não aumente.

Quanto a Hanseníase e AIDS, os municípios devem se ater à relevância da notificação dos casos e da importância dos esclarecimentos sobre tais doenças do imediato tratamento junto com os programas da Atenção Básica.

No demais, todos os 30 municípios elencados no Plano de Ações Mais IDH compartilham da necessidade de melhorias voltadas para o Saneamento Básico, sendo que o componente de esgotamento sanitário deve ser a prioridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidem_obito_materno.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_obito_infantil_fetal.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____. Lei nº 11.447, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979,.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11447.htm> Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 03 nov.2015

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.** Disponível em < www.saude.gov.br/sinan>. Acesso em: 5 nov. 2015

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 05 nov. 2015.

_____. **Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BORGES,T.T; Rombaldi, A. J; Knuth, A. G; Hallal, P. C. **Conhecimento sobre fatores de risco para doenças crônicas: estudo de base populacional.** Rio de Janeiro, 2009. (Caderno de Saúde Pública) Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2009000700009&script=sci_arttext> Acesso em: 4 nov. 2015.

GUIMARÃES, G. P; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. **Saneamento básico.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

ÍNDICE de desenvolvimento humano municipal brasileiro: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados – SIDRA.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Saúde:** Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Disponível em: <http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf> . Acesso em: 2 nov. 2015.

SEIBERT, Sabrina Lins; BARBOSA, Jéssica Louise da Silva; SANTOS, Joares Maia dos; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. **Medicalização X Humanização:** O Cuidado ao Parto na História. R Enferm: UERJ, 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/30734722/medicalizaaao-x-humanizaaao-o-cuidado-ao-parto-na-histaria>. Acesso em: 02 nov. 2015.

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS